

ARTIGO

O Brasil e a dívida ecológica, por Luiz Henrique Lima

DOCUMENTO

O Sindecon e suas perspectivas para o ano 2000, por Paulo Passarinho

ARTIGO

Acertando o passo ou de como transformar o resultado positivo da Previdência Social em déficit, por Rosa Maria Marques

ARTIGO

Para que serve o Provão?, por Maria Dirlene Trindade Marques

DOCUMENTO

COFECON, através da Justiça, faz BC alterar edital discriminatório

RESENHA:

**O BRASIL DESEMPREGADO,
DE JORGE MATTOSO**

PÁG. 12

"O Brasil na rota tecnológica mundial"

O *Jornal dos Economistas* publica em sua página central a pesquisa realizada pela SOBEET, que procurou identificar os investimentos em inovações e capacitação tecnológica, fator fundamental para o desenvolvimento do País.

páginas 8 e 9



JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (21) 262-2535 – Fax: (21) 533-7891 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (21) 224-0578 e 509-1077 – Fax: (21) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A receita de exportações caiu pelo segundo ano consecutivo. O País exportou bens no valor de US\$ 53 bilhões em 1997, US\$ 51 bilhões em 1998, e US\$ 48 bilhões em 1999. Nos últimos três o valor do comércio internacional de bens tem estado praticamente estagnado com um valor anual oscilando em torno de US\$ 5,4 trilhões. O resultado é evidente: o Brasil tem perdido competitividade internacional. A participação do Brasil nas exportações mundiais caiu de 1,04% em 1994 para 0,96% em 1998 e 0,88% em 1999. É a “descida da ladeira” da economia brasileira no cenário internacional.

Nestes dois últimos anos não houve pressão de demanda interna; muito pelo contrário, o PIB brasileiro tem estado praticamente estagnado (crescimento de 0,1% em 1998 e de 0,8% em 1999), tendo o PIB per capita se reduzido de 2%. Como a participação da renda líquida enviada para o exterior no PIB aumentou de 1,8% em 1997 para 2,3% em 1998, e para um número muito maior em 1999 (tendo em vista a desvalorização), a renda nacional líquida caiu nestes dois últimos anos. É a “descida de ladeira” da economia doméstica.

A queda da renda nacional,

juntamente com a maxidesvalorização de 1999, tem causado uma queda das importações brasileiras. O valor das importações reduziu-se de US\$ 61 bilhões em 1997 para US\$ 58 bilhões em 1998, e US\$ 49 bilhões em 1999. O resultado é que o País não tem sido capaz de gerar um superávit comercial em um período de crise cambial aguda. O déficit comercial foi de US\$ 1,2 bilhões em 1999. As previsões mais otimistas para 2000 apontam para um superávit comercial da ordem de US\$ 3 bilhões, com base em um crescimento real do PIB de 3% e uma taxa de câmbio média de R\$ 1,95 por dólar norte-americano. As previsões são de exportações de US\$ 55 bilhões e importações de US\$ 52 bilhões. Estas previsões, no entanto, estão deixando de lado, pelo menos, três aspectos importantes: a elevação dos preços do petróleo, a apreciação cambial e o efeito depressivo do aumento dos juros internacionais sobre os preços das commodities.

Cabe destacar a extraordinária degradação dos termos de troca de economia brasileira em 1999. Entre o quarto trimestre de 1999 e o mesmo de período de 1998, os preços das exportações caíram 8% e o das importações subiram 7%. Isto significa, na

realidade, uma enorme transferência de recursos reais para exterior, envolve um ajuste pífio na balança comercial, e trava o processo de crescimento.

Muitos analistas são da opinião de que o ajuste da balança comercial não pode ser feito exclusivamente por meio do desempenho medíocre da economia e da política cambial. O País precisa ter uma política comercial ativa. O setor exportador está, em grande medida, comprometido pela própria ineficiência dinâmica da economia brasileira e, no curto e médio prazo, fica ao sabor da evolução da renda mundial e dos preços das commodities. A desvalorização cambial, por seu turno, pode ter impacto modesto na receita de exportações na medida em que o aumento de quantidade exportada é mais do que compensada pela redução dos preços em dólares (estimulada pela desvalorização cambial). Deve-se notar que não foram somente os preços das commodities que caíram em 1999; os preços dos produtos manufaturados exportados pelo Brasil também se reduziram em 1999 (cerca de 9%). Pelo lado das importações, a reversão da liberalização comercial parece ser a única solução efetiva no curto prazo.

CAPA/ARTE

OSWALDO GOELDI, nasce em 1895 no Rio de Janeiro. Ainda pequeno muda-se com a família para Belém do Pará. Viaja para a Suíça, onde recebe sua formação na Escola Politécnica de Zurique, em 1915. Em 1917 abandona a Politécnica e passa a estudar na Escola de Artes e Ofícios de Genebra. Volta ao Brasil em 1919. Suas primeiras gravuras, datam de 1924 e, através da xilogravura, técnica que utilizou com maestria, realizou sua obra artística. Torna-se ilustrador das obras de Dostoiévski e de Poe. Entre os autores nacionais, ilustra Raul Bopp e Cassiano Ricardo. Dá aulas de gravura na Escolinha de Arte do Brasil e na Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1951 recebe o Primeiro Prêmio na I Bienal de São Paulo. Também em 1951 representou o Brasil na Bienal de Veneza. Expõe na Suíça e na Alemanha em 1954 e 1956. Em 1960 recebe o Primeiro Prêmio na II Bienal Americana do México. Falece no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1961, numa quarta-feira de cinzas.

Na capa, reproduzimos a obra *Carro de Lixo*, xilogravura com área impressa de 17,7 x 18 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Diaz.

ARTIGO

por Luiz Henrique Lima

O Brasil e a dívida ecológica

O CONCEITO DE DÍVIDA ECOLÓGICA

A Dívida Ecológica é um conceito ainda pouco conhecido. Em seu sentido mais estrito, corresponde ao equivalente monetário mínimo do valor devido pelas nações ambientalmente devedoras - AD às nações ambientalmente credoras - AC pela utilização dos bens e serviços ecológicos por essas proporcionados. Em um sentido mais amplo, como preconizado por Martinez-Alier¹, inclui também os custos ambientais não computados no valor das exportações das nações AC às nações AD. Finalmente, em uma acepção ainda mais abrangente, a Dívida Ecológica inclui os custos da degradação ambiental provocada nas nações AC em decorrência dos sacrifícios necessários ao pagamento da dívida externa às nações AD.

Cumprir-se precisa cada uma das assertivas acima.

Os bens e serviços ecológicos prestados pelas nações são as funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas existentes em seus territórios². As funções ambientais ou serviços ecossistêmicos são definidos como a capacidade de os processos e componentes naturais proporcionarem bens e serviços que, direta ou indiretamente, satisfaçam necessidades humanas. A tais funções correspondem valores ecológicos, sociais e econômicos. Como exemplos dessas funções, classificadas em quatro categorias principais - funções de regulação; funções de suporte; funções de produção; e funções de informação - incluem-se:

- regulação da composição química da atmosfera;
- regulação do clima;
- regulação d'água;
- oferta de água;
- recursos genéticos;
- refúgio para espécies migratórias; etc.

Destaque-se que um mesmo ativo ambiental pode desempenhar várias funções.

Define-se que uma nação é ambientalmente superavitária se o valor das funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas no interior de suas fronteiras, chamado de Produto Ambiental Nacional - PANA, é superior ao consumo dos recursos naturais e aos resíduos produzidos pelas atividades do seu sistema econômico, denominado Consumo Ambiental Nacional Anual - CANA. Se esse valor é inferior, a nação é dita ambientalmente deficitária. O Resultado Ambiental Nacional Anual - RANA é obtido, deduzindo-se o CANA do PANA. As metodologias para o cálculo desses agregados serão, na sua maioria, derivadas dos procedimentos do SEEA das Nações Unidas e dos estudos da Contabilidade Ambiental.

Sabe-se que é o padrão de consumo dos países desenvolvidos que leva ao esgotamento ambiental global. De fato, os países desenvolvidos, que têm 24 % da população mundial, são responsáveis pelo consumo de 75 % da energia, 60 % dos fertilizantes, 80 % do ferro e do aço, 81 % do papel, 85 % dos produtos químicos e 86 % do cobre e do alumínio, além de 77 % das emissões totais anuais de dióxido de carbono (CO₂).

Em estudo elaborado para o 'Global Environment Facility' - GEF, Rodenburg, Tunstall e van Bolhuis³ construíram Indicadores Ambientais Globais. Entre esses, o Indicador de Capital Natural - ICN, que considera, entre outras variáveis e elementos, as áreas naturais remanescentes e a biodiversidade. O ICN, grosso modo, pode ser visto como uma aproximação da dimensão, embora não do valor, dos serviços e das funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas no interior das fronteiras nacionais. A Tabela 1, adiante, mostra os resultados obtidos por aqueles autores para a fração percentual correspondente a países selecionados, entre 172 nações, do ICN global.

TABELA 1 - INDICADORES DE CAPITAL NATURAL PARA PAÍSES SELECIONADOS

País	Classificação Ordinal	Percentual do ICN global
Brasil	1	12,25
Indonésia	2	10,50
Estados Unidos	3	7,94
China	6	5,31
Japão	14	1,72
Argentina	23	0,98
Alemanha	122	0,03

Como se observa, o estudo do GEF destaca o Brasil como o país de maior estoque de capital natural do planeta. A importância econômica e estratégica das funções ambientais desempenhadas pelos ecossistemas brasileiros não é ignorada pelas nações AD. O G-7 criou em 1992 o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, conhecido como PPG-7, com investimentos totais de US\$ 250 milhões⁴. Essa quantia, longe de sinalizar uma grande dimensão de generosidade e sensibilidade ecológicas, representa pequena parcela do valor acrescido anualmente à Dívida Ecológica da qual somos credores. Os Estados Unidos pressionam no sentido da criação de parques florestais internacionais na América Latina, em ação coordenada não por seus órgãos ambientais, mas pelo Comando Sul do Pentágono, sediado no Panamá⁵.

Em outro indicador, foi calculado o ajuste do PIB das nações em razão de sua contribuição para as emissões globais de CO₂. Nesse índice, as nações que mais poluem são as que sofrem maiores reduções no seu PIB. A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados de alguns países selecionados, indicando a sua classificação ordinal segundo o tamanho do PNB ajustado pela poluição, bem como os percentuais de cada nação em relação ao PNB global ajustado.

TABELA 2 - PNB AJUSTADO PELA POLUIÇÃO PARA PAÍSES SELECIONADOS

País	Classificação Ordinal	Percentual do PNB ajustado global
Japão	1	8,00
Índia	2	7,39
Brasil	3	6,56
Estados Unidos	4	6,06
Alemanha	8	3,29

Tais dados revelam que, se os custos ambientais fossem internalizados ou compensados, por meio de mecanismos que garantissem a equidade entre todos os habitantes do planeta, o panorama da riqueza no mundo seria bem diferente do atual. Como reconhece Rees⁶, em um mundo ideal, o Brasil "poderia razoavelmente reclamar muitos bilhões de dólares anuais, particularmente dos ricos do Norte, como compensação pelos benefícios de mercado de que abre mão se optar por não 'desenvolver' a floresta".

Os conceitos de nações ACs e ADs encontram-se associados à noção de "espaço ambiental". Por esse conceito, as nações ocupam de fato "espaços ambientais", tanto para o abastecimento de recursos naturais que lhe são necessários, quanto para o descarte de suas emissões e resíduos. Os espaços ambientais raramente correspondem aos territórios nacionais. Em

ARTIGO

regra, as nações ADs ocupam espaços ambientais superiores aos de seus territórios e as nações ACs inferiores. Martinez-Alier cita relatório da ONG 'Friends of the Earth' dando conta que a Holanda "absorve um espaço ambiental aproximadamente quinze vezes maior que seu território", afirmando ainda que é "a ocupação de um espaço ambiental maior do que o próprio território que dá origem a uma dívida ecológica".

Com respeito aos custos ambientais não computados no valor das exportações das nações AC às nações AD, que chamarei de CAE, a sua reclamação é justificada com o argumento de que o preço das exportações de produtos primários, como o petróleo mexicano, não considera os custos dos danos ambientais produzidos por sua exploração. Outro exemplo é a exportação de alumínio feita pelo Brasil, cuja logística exigiu a construção do complexo hidrelétrico de Tucuruí, com gravíssimos efeitos sobre os ecossistemas locais. Sinteticamente, o CAE seria constituído de 3 componentes:

- a) custos de reprodução ou de manejo sustentável dos recursos naturais renováveis exportados;
- b) custos atualizados da não-disponibilidade futura dos recursos não-renováveis exauridos; e
- c) custos de reparação dos danos locais produzidos pelas atividades exportadoras.

Finalmente, a acepção mais abrangente da Dívida Ecológica considera, além dos demais elementos anteriormente expostos, também os custos da degradação ambiental provocada em decorrência dos sacrifícios necessários ao pagamento da dívida externa - CADE. Entre tais custos, poder-se-ia citar a expansão da fronteira agrícola na Amazônia com culturas voltadas para a exportação, estimuladas pelo objetivo da obtenção de superávit na balança comercial. Em sua Tese de Doutorado, Young⁷ confirma os efeitos da pressão que a necessidade de divisas para assegurar o pagamento do serviço da dívida externa exerce sobre o ritmo de exploração dos recursos naturais, citando a decisão do governo brasileiro de expandir a produção de Carajás em um momento de saturação e de queda de preços no mercado internacional de minério de ferro. De igual modo, estudo de Kahn e McDonald⁸ oferece evidências de uma correlação entre a pressão que o pagamento do serviço da dívida externa impôs às economias dos países do Terceiro Mundo, no início da década de 1980 e a aceleração dos ritmos de desflorestamento.

Finalmente, registre-se, também, a existência de estudos visando a definir o conceito da Dívida Ambiental com as Futuras Gerações - DAFG. A partir da constatação de que os danos ambientais produzidos no passado e no presente comprometem as possibilidades futuras de maior produção e melhor qualidade de vida, busca-se identificar os custos de recuperação do meio ambiente e o ponto de equilíbrio entre os custos e os benefícios marginais da recuperação. O valor da DAFG equivaleria à soma do custo de restauração até que esse ponto fosse alcançado e do custo do dano ambiental remanescente. Os autores salientam que seu conceito inclui apenas os danos causados por atividades humanas, em particular as emissões de CO₂, acidificação, perda de fertilidade dos solos agrícolas e geração de lixo atômico.

PROBLEMAS METODOLÓGICOS

O cálculo desses agregados não é isento de problemas metodológicos que, a exemplo das demais questões envolvendo a Contabilidade Ambiental, certamente demandarão muitos anos de debates e trabalhos de pesquisa.

Entre as diversas temas suscetíveis de produzir controvérsia, cumpre destacar-se:

- a) Quais as funções ambientais a serem incluídas nos cálculos do PANA e do CANA?
- b) Para o cálculo do total da Dívida Ecológica, deve-se obter o total

dos montantes anuais a ela acrescidos ou dela deduzidos. A partir de que ano? Qual a taxa de atualização a ser aplicada? As mesmas da dívida externa? Se entender-se que as Dívidas Ecológicas contraídas antes de determinado ano estão prescritas, isto é, não sujeitas à cobrança, o mesmo critério aplicar-se-ia à dívida externa?

c) Uma vez identificadas as nações ambientalmente credoras e as ambientalmente devedoras, como promover a cobrança? Enquanto em um contrato de empréstimo financeiro estão claramente definidas as partes, no que respeita ao meio ambiente global o superávit ambiental produzido em uma determinada nação AC pode estar sendo consumido por uma pluralidade difusa de nações AD. A quais cobrar? Em princípio, sugere-se o depósito pelas nações AD dos respectivos montantes devidos em uma Câmara Internacional de Compensação, que os redistribuiria às nações AC, cabendo à cada nação AD decidir a forma pela qual arrecadar de seus cidadãos ou empresas o valor necessário, bem como à cada nação AC a forma de aplicação dos recursos.

Em 'World Without End', Pearce e Warford⁹ admitem que uma nação A, que viesse a ser prejudicada pela degradação ambiental ocorrida em uma nação B, pague a essa para evitá-lo. Ademais, preconizam para o problema do efeito-estufa a cobrança de uma Taxa Internacional, a ser cobrada de cada país, segundo o nível de suas emissões, cujo valor arrecadado seria reembolsado aos países conforme "alguma fórmula de alocação". Disso se sucede que alguns países pagariam mais do que receberiam e outros receberiam mais do que pagariam; em ambas as hipóteses tendo interesse em reduzir o total de suas emissões. Aqueles autores citam uma estimativa segundo a qual, para uma meta de redução de 50 % nas emissões de CO₂, a taxa global atingiria 600 bilhões de dólares, dos quais 480 bilhões deveriam ser reembolsados aos países em desenvolvimento. Contudo, o critério de equidade que informaria a "fórmula de alocação" pode ser objeto de intensa controvérsia.

Jenkins¹⁰, após reconhecer a existência da Dívida Ecológica e preconizar seu cálculo e liquidação "once-and-for-all", apresenta uma metodologia de cálculo relativa apenas às emissões de poluentes equivalentes ao CO₂¹¹. Amparado em estatísticas do Banco Mundial e do 'World Resources Institute' - WRI, o autor estima que o nível sustentável de emissões anuais de poluentes equivalentes ao CO₂ é de 0,318 toneladas per capita, concluindo que a Dívida Ecológica anual assumida pelas nações ADs com as nações ACs, apenas no que concerne às emissões industriais de CO₂, CH₄ e utilização de CFCs é de cerca de US\$ 892 bilhões.

Os critérios e métodos adotados pelo IPCC e pelo WRI são criticados no trabalho dos indianos Agarwal e Narain¹² que os acusam de gerar distorções que beneficiam os interesses dos Estados Unidos e outras nações industrializadas, minimizando sua responsabilidade em temas como o aquecimento global. Esses autores apresentam o estudo de Smith, que advoga para a contabilização da Dívida Ecológica o conjunto das emissões acumuladas desde 1900. Os dados disponíveis indicam, por exemplo que as emissões de CO, oriundas da queima de combustíveis fósseis, no período entre 1900 e 1990, foram de 260 toneladas para cada estadunidense vivo em 1990 e de apenas 6 toneladas para cada indiano. Com base nesses dados, Smith¹³ apresenta um 'Índice de Dívida Ecológica' que representa a razão entre as emissões acumuladas e a população residente. Nos índices calculados para a população de 1986, a Índia alcança 3,7; o Brasil, 9,3; o Reino Unido, 108,6 e os Estados Unidos, 185,5.

A DÍVIDA QUE NÃO É COBRADA

Cuida-se, como é óbvio, de um tema que exigirá complexas e delicadas negociações internacionais. Não se trata, todavia, de um exercício teórico a partir de hipóteses abstratas, mas de um problema concreto, de graves conseqüências ambientais para o planeta e de gravíssimas conseqüências econômicas e sociais para dezenas de nações, particularmente, o Brasil.

ARTIGO

Todo o instrumental teórico da Economia do Meio Ambiente conduz ao reconhecimento da existência da Dívida Ecológica. Haverá controvérsias quanto à sua amplitude e quanto aos procedimentos para calculá-la e resgatá-la, conforme acima exemplificado; não, porém, quanto à sua existência.

É inútil aguardar-se que venha dos governos das nações AD alguma iniciativa neste sentido. Todavia, nações como a Índia, a Indonésia e outras de significativo peso demográfico e econômico, certamente estarão dispostas a desenvolver e multiplicar essa discussão. De certa forma, esse debate coloca em escala internacional os mesmos argumentos presentes na discussão sobre justiça ambiental ou racismo ambiental no interior dos Estados Unidos. Se o Judiciário daquele país reconhece direitos iguais para todos os seus cidadãos ao meio ambiente saudável, devendo ser indenizados aqueles que sofrem os efeitos da degradação, porque os mesmos direitos não deveriam ser reconhecidos em todo o planeta?

Poder-se-ia argüir a legitimidade jurídico-política da cobrança. Afinal, a dívida externa foi contraída mediante contratos ou outros instrumentos jurídicos formais. Não existem contratos para a Dívida Ecológica. Será que isso esgota a questão? Não. Uma expressiva quantidade de documentos e tratados internacionais¹⁴ reconhece a existência dos custos ambientais das atividades econômicas e recomenda a sua contabilização, bem como alerta para a necessidade de entendimentos visando a maior equidade nas relações entre as nações tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Todo esse conjunto de instrumentos pode ser legitimamente invocado como fundamento jurídico para o reconhecimento e a cobrança da Dívida Ecológica. De certo modo, poder-se-ia apresentar o pagamento da Dívida Ecológica como a aplicação dos Princípios Poluidor-Pagador e Usuário-Pagador em escala global.

Considerando as reflexões acima apresentadas e ainda

a) o impacto da dívida externa sobre a economia brasileira e as restrições que impõe à capacidade de investimento governamental para o atendimento das carências do povo brasileiro na área social;

b) a expressiva dimensão financeira potencial da Dívida Ecológica da qual o Brasil é credor; e

c) a inexistência de programas governamentais para o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental e de Estatísticas Ambientais, sugere-se que:

a) o Congresso Nacional e o Poder Executivo despertem para a importância do tema, colocando entre as prioridades da política exterior brasileira a reclamação nos *fora* internacionais da Dívida Ecológica;

b) recomende-se ao IBGE para que desenvolva, em conjunto com instituições de pesquisa, um programa para a quantificação da Dívida Ecológica da qual o Brasil é credor; e

c) recomende-se ao Ministério da Fazenda para que examine alternativas de contingenciamento do pagamento da dívida externa, condicionando-a à reciprocidade de pagamento da Dívida Ecológica pelas nações ambientalmente devedoras que são credoras da dívida externa brasileira.

Saliente-se, finalmente, que a abordagem aqui esboçada é substancialmente diferente do simples abatimento de parcela da dívida externa em troca de investimentos para a preservação ambiental.

Luiz Henrique Lima é economista, ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Estado de Administração.

¹ 'Deuda Ecológica y Deuda Externa'. In: *Encuentro La Deuda Externa y el Final del Milenio*. Parlamento Latinoamericano, Caracas, julho de 1997.

² Considerando-se como territórios as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas reconhecidas internacionalmente. Dessa forma, não serão compreendidas nas estimativas da Dívida Ecológica as funções ambientais desempenhadas pelos 'Global Commons', isto é, os recursos aos quais todos os Estados possuem acesso legal: atmosfera, espaço sideral, oceanos (exceto as águas territoriais), Antártida, fauna migratória etc.

³ Environmental Indicators for Global Cooperation, Washington: The Global Environment Facility, GEF Working Papers n.º 11, 1995.

⁴ Apenas o serviço ambiental de manutenção dos estoques de carbono na Floresta Amazônica foi estimado como capaz de gerar uma anuidade entre US\$ 6 e 213 bilhões anuais, segundo os pressupostos adotados. Cf. FEARNSIDE, Philip M., 1997. 'Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural'. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.), 1997. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, cap. 19. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

⁵ Cf. O Globo, 05/06/1997. Merecedor de análise também é o fato de que, quando admitida a compensação financeira pelos serviços ambientais prestados pela Amazônia, procure-se destiná-la não à nação brasileira, mas aos "povos da floresta".

⁶ 'How should a parasite value its host?'. In: *Ecological Economics* n.º 25, abril de 1998, p. 49-52.

⁷ Economic Adjustment Policies and the Environment: A Case Study of Brazil. London: University College, London, Tese de Doutorado.

⁸ 'Third-world debt and tropical deforestation'. In: *Ecological Economics* n.º 12, fevereiro de 1995, p. 107-123.

⁹ World Without End: Economics, Environment, and Sustainable Development. Oxford (Reino Unido): Oxford University Press

¹⁰ 'Democratising the global economy by ecologicalising economics: the example of global warming'. In: *Ecological Economics* n.º 16, abril de 1996, p. 227-238.

¹¹ Além das emissões industriais de CO₂, considera também o equivalente de CO₂ em termos calóricos das emissões industriais de CH₄ e da utilização de CFCs.

¹² Towards a green world. New Delhi: Centre for Science and Environment, 1992.

¹³ Allocating Responsibility for Global Warming: The Natural Debt Index. Honolulu: mimeo, 1991.

¹⁴ Cf. Princípios 7 e 16 da 'Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento' e Capítulo VIII da Agenda 21.

-ADVOGADO DE PLANTÃO-

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - CORECON-RJ, SINDECON e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

-BIBLIOTECA-

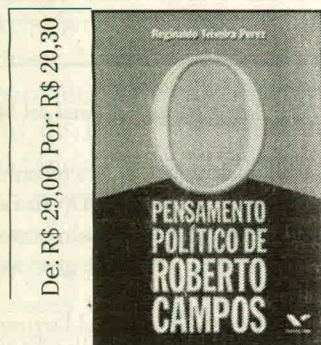
**ATENÇÃO!
LEITORES JE**

A biblioteca Eginardo Pires
está funcionando
em seu horário normal :

**De segunda a sexta-feira,
das 13:00 h às 17:00 h.**

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavaleiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Álvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
Segundas, quartas e sextas, das 12 às 18h;
Terças e quintas, das 11 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178

DOCUMENTO

O Sindecon e suas perspectivas para o ano 2000

Em fins do ano passado, o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - SINDECON - renovou a sua Diretoria Executiva. Entretanto, a linha de trabalho a ser desenvolvida nos próximos três anos será a de reforçar um estilo que já se mostrou exitoso e adequado ao momento político que atravessamos. Baseado na articulação de ações junto a outros sindicatos cutistas, demais entidades dos economistas (IERJ e CORECON) e representações dos movimentos sociais, este tripé tem sustentado, nos últimos anos, importantes participações políticas do SINDECON e que pretendemos agora vê-las renovadas.

Em termos estritamente sindicais, manteremos nossa participação nos processos coletivos de acordo de trabalho, junto aos chamados sindicatos majoritários, em empresas estatais federais - como são exemplos, a Eletrobrás e a INB -, estaduais e privadas. Sempre em consonância com as diretrizes da CUT - central sindical a que somos filiados -, vimos mantendo estreito contato com Sindicatos de Economistas de outros Estados, no intuito de reforçar a defesa de interesses da nossa categoria, bem como pretendemos fortalecer o processo congressual que a CUT Nacional realizará nesse ano.

No plano de representação da categoria, e voltados para o universo de questões que nos tocam enquanto profissionais e cidadãos, nossa ação conjunta com o IERJ e o

CORECON continuará buscando projetar a identidade do Movimento de Renovação dos Economistas junto à sociedade, especialmente no tocante à defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico. Criar, assim, condições de reflexão sobre as opções de política econômica que estão ao nosso alcance, na busca de um modelo que aprofunde a democracia no Brasil, é tarefa que consideramos prioritária. Retomar o processo de crescimento econômico que viabilize e seja viabilizado por um desenvolvimento sustentado pela distribuição da renda e da riqueza, continua sendo uma idéia-força da qual não abrimos mão. Acreditamos que somente uma nova ordem política viabilizará as mudanças que almejamos. Somos, assim, solidários e ativos na defesa de um Estado que tenha a capacidade de estimular e intervir no processo econômico, como fator de democratização das oportunidades em nossa sociedade. Para tanto, os mecanismos de controle social sobre o próprio Estado e suas empresas fazem-se absolutamente necessários.

Mas, acima de tudo, pretendemos avançar em nosso relacionamento junto aos demais movimentos sociais. No ano passado, enquanto promotores do Tribunal da Dívida Externa - em conjunto com entidades como a CNBB, o MST e CMP (Central de Movimentos Populares), entre outras - contribuimos de forma decisiva para problema-

tizar a opinião pública de nosso país, e nossos movimentos organizados, para a gravidade que a existência dessa dívida gera. Como desdobramentos desta empreitada, estaremos fazendo o lançamento, no próximo mês de abril, do livro A Vida Acima da Dívida, trazendo os depoimentos e conclusões do Tribunal.

Ao mesmo tempo, este livro estará preparando as condições para a realização do Plebiscito Nacional Sobre Dívida Externa, entre os dias 2 a 7 de setembro desse ano, evento a ser promovido pelas mesmas entidades que estiveram à frente da realização do Tribunal.

Trata-se, assim, de duas iniciativas que, temos certeza, contribuirão em muito para uma maior aproximação de nossa entidade com os movimentos populares organizados. Nessa perspectiva, no ano em que completam-se 500 anos da chegada dos europeus em nosso território, estamos participando também, junto com outras entidades (ADUFF, CIMI, CREA, SENGE, Mov. Negro) do projeto Brasil outros 500, uma revisão crítica da história oficial, voltada para a informação e conscientização da sociedade.

Queremos, desse modo, contribuir para o lançamento das sementes de outros 500 anos: um tempo de dignidade, de justiça, de democracia e de paz.

Paulo Sergio Souto Passarinho
Coordenador-Geral do SINDECON-RJ

CONVÊNIO

As entidades dos economistas, CORECON, SINDECON e IERJ sempre preocupadas em ampliar o leque de oportunidades e promover incentivos visando o aperfeiçoamento da categoria profissional, firmaram convênio com a ESAN/UCAM. Para obter o desconto de 20% (vinte por cento) em todos os cursos oferecidos pela ESAN/UCAM, o economista beneficiário deverá comprovar, semestralmente, a cada renovação de matrícula, estar em dia com suas obrigações para com a entidade representativa na qual se encontre filiado. As bolsas serão analisadas pela ESAN sendo deferidas e homologadas pela direção da instituição, perante o exame dos documentos dos candidatos. As bolsas concedidas não serão cumulativas. Os beneficiários de descontos pelo Convênio, perderão direito ao percentual se sua média global ficar abaixo de 6,0 (seis). Maiores informações pelo tel. (21) 531-2496, ramais 225 ou 229 - UCAM.

ARTIGO

por Rosa Maria Marques

Acertando o passo ou de como transformar o resultado positivo da Previdência Social em déficit

O governo federal divulgou insistentemente, durante todo 1999, a previsão de que a Previdência Social terminaria o ano com expressivo déficit. Embora tenha sido obrigado a admitir, no momento que as contas foram encerradas, que a necessidade de financiamento havia sido menor do que a prevista, o objetivo foi atingido: o prognóstico sombrio constituiu peça-chave no processo de convencimento da opinião pública da urgência de reforma substantiva do sistema previdenciário brasileiro.

Não há, na verdade, nenhuma novidade nesse procedimento. Além de ser prática corriqueira dos últimos anos, a experiência tem demonstrado que, em política, o que importa é a capacidade de convencimento, isto é, o domínio da retórica. O curioso disso tudo é que o resultado negativo menos expressivo pode, dependendo da metodologia, transmutar-se em superávit.

Vejamos como isso é possível. Em primeiro lugar, tomemos o resultado do ano da arrecadação líquida das contribuições de empregados e empregadores (R\$ 49,128 bilhões correntes) e a despesa somente com benefícios previdenciários (R\$ 58,540 bilhões). Isso nos leva a um déficit de R\$ 9,412 bilhões. Contudo, se analisarmos separadamente a capacidade de financiamento das clientelas urbana e rural, verificamos que a despesa com benefícios rurais foi superior à sua contribuição. Para se ter uma idéia, em 1998, enquanto a despesa atingia R\$ 10,336 bilhões, a receita obtida não passou de R\$ 1,02 bilhão, significando que parte da arrecadação dos trabalhadores urbanos foi utilizada para diminuir o déficit originado nos rurais. O mesmo ocorreu em 1999.

Uma leitura apressada dessa informação pode levar ao entendimento de que foi a Constituição de 1988 que criou essa situação, pois foi ela

que estendeu aos rurais os benefícios até então concedidos apenas aos trabalhadores urbanos. Contudo, para aqueles mais atentos ou mais familiarizados com o tema da Proteção Social, esse resultado apenas indica o inadequado desempenho das contribuições urbanas e a consequência do desvio institucionalizado dos recursos da Seguridade Social.

Para chegar a essa conclusão, é preciso lembrar que os constituintes, no momento da elaboração da Constituição de 1988, eram conscientes de que a capacidade de arrecadação da clientela rural era precária e, por isso mesmo, insuficiente para garantir o custeio dos benefícios rurais. Foi esse um dos motivos que os levou a propor o concurso das demais fontes de custeio da Seguridade Social, tais como a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CLL) e a Cofins (antes Finsocial). Isso porque aqueles constituintes, ao contrário do que determinados setores da sociedade tentam fazer crer, não eram irresponsáveis ou demagogos. Suas idéias, inscritas nos princípios fundadores da Seguridade Social, apoiavam-se no conhecimento técnico dos grupos de trabalho criados pelo então presidente José Sarney, antes mesmo da Constituinte ser instalada. O reconhecimento da baixa capacidade de contribuição dos rurais tinha como pano de fundo a realidade de países com sistemas previdenciários semelhantes, onde o regime rural sempre foi deficitário, exigindo, para ser integralizado, o aporte de contribuições da clientela urbana e da receita fiscal do Estado.

Considerar o concurso de outras fontes para a Seguridade Social, tal como previsto pelos constituintes, nos faz retornar ao conceito de Seguridade e a fazer um cálculo bastante diferente do anterior: segundo o Artigo 194 da Constituição, a Seguridade Social é composta pela

Previdência Social, pela Saúde, pela Assistência Social e pelo programa de seguro desemprego. Ainda segundo ela, todas as suas ações e benefícios são financiados através das contribuições calculadas sobre os salários, faturamento e lucro, bem como do resultado de concursos e prognósticos e do aporte de recursos das três esferas do governo. Traduzindo em linguagem tributária, as principais fontes de financiamento da Seguridade Social são as contribuições de empregados e empregadores, a Cofins, a CLL e o PIS/PASEP. Esse último, no entanto, estaria reservado exclusivamente para o financiamento do abono PIS/PASEP e para o programa seguro desemprego. Os demais comporiam a cesta de recursos da Seguridade Social e, a cada ano, sua partilha seria definida na Lei Orçamentária.

É claro que muita coisa mudou de 1988 aos dias de hoje: a mais importante, para efeito do que estamos analisando, foi a desvinculação de parte dos recursos da Seguridade Social, através da criação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), antes ironicamente chamado de Fundo Social de Emergência e atualmente denominado Desvinculação das Receitas da União (DRU). Desconsiderando o confisco institucionalizado através do FEF, vejamos as contas da Seguridade Social até o primeiro semestre de 1999. Para uma arrecadação de R\$ 38,145 bilhões (R\$ 20,947 - receita líquida de contribuições; R\$ 11,922 - Cofins; R\$ 3,967 - CLL; R\$ 1,309 - CPMF) havia uma despesa de R\$ 37,504 bilhões (R\$ 26,251 - Benefícios Previdenciários; R\$ 1,024 - Benefícios Assistenciais e Renda Mensal Vitalícia; R\$ 8,735 bilhões - Saúde; R\$ 1,494 - Outras Despesas Previdenciárias), resultando em um saldo positivo de R\$ 0,641 bilhão. No segundo semestre, o desempenho apenas melhorou, pois, até novembro, a Cofins havia arre-

cadado R\$ 29,125 bilhões; a CLL R\$ 6,820 bilhões; o CPMF R\$ 6,365 bilhões e a receita do INSS R\$ 41,989 bilhões, segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Esses números indicam que, caso fosse cumprida a Constituição de 1988, a Seguridade Social não estaria enfrentando as dificuldades que tanto são alardeadas. A Previdência Social, por sua vez, cuja arrecadação se ressentia das elevadas taxas de desemprego e do relativo encolhimento do mercado formal de trabalho, poderia estar mais confortavelmente se valendo da receita das outras contribuições da Seguridade Social. Desse modo, nomear ou não de déficit o resultado das contas de 1999 fica por conta da concepção de proteção social que se pretende adotar.

Rosa Maria Marques é professora Associada do Departamento de Economia da FEA/PUCSP e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

CURSOS ANPEC

XIII CURSO ANUAL DE RECICLAGEM EM TEORIA ECONÔMICA

Preparatório ao concurso de mestrado para Anpec

Promovido por IERJ/CORECON/COFECON - 80% de aprovação

Período: março a outubro de 2000
Local: Av. Rio Branco, 109
19º andar - Centro - RJ

Mais tempo de aulas pelo menor preço!!!

Informações:
tels. 232-8178 e 509-1077

O Brasil na rota tecnológica mundial

INTRODUÇÃO

A crescente e contínua participação do Brasil nos fluxos mundiais de capitais estrangeiros – notadamente, desde 1992, quando esta passou de 1,2% para 3,9%, em 1999 – traz de volta ao centro do debate um tema muito abordado nas décadas de 60 e 70: o papel das empresas transnacionais no desenvolvimento econômico local e o seu impacto direto sobre a inovação e a capacitação tecnológica.

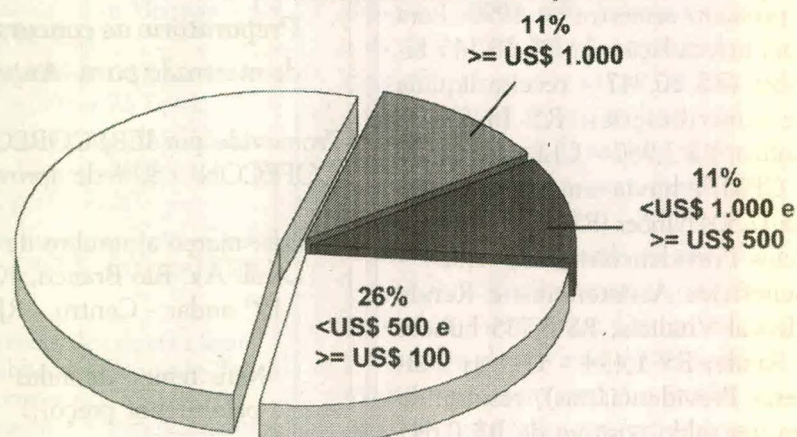
Se levado em conta o estoque de investimentos externos diretos (IEDs) na atividade econômica, o Brasil ocupou, em 1998, o oitavo lugar no ranking mundial, quando atingiu US\$ 156,8 bilhões. De acordo com levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), das 500 maiores empresas globais, 405 estão em operação no Brasil, o que leva a um grau de internacionalização da economia brasileira de cerca de 20% do PIB. Tal resultado revela que a internacionalização da economia do país tem se expandido nos últimos anos. Em 1996, a internacionalização alcançou 13,9% do PIB, quando o país registrou US\$108,4 bilhões em estoque de IED, ocupando, à ocasião, a nona posição dentre todos os países receptores.² Assim, a presença tão significativa das grandes corporações mundiais constitui, para o país, potencialidade competitiva bastante singular quando comparado a outros países, com estágios tecnológicos semelhantes.

O FOCO

Por um lado, a crescente importância das empresas transnacionais no Brasil e por outro a importância destas realizarem esforços inovadores para se manterem competitivas constituem, para o país, possibilidades de avanços tecnológicos significativos nos produtos e nos processos produtivos. Esses fatos associados à larga experiência da Sobeet em lidar com temas ligados à inserção internacional da economia brasileira, constituíram motivações para a realização de uma pesquisa inédita, que permitisse compreender melhor o comportamento tecnológico dessas empresas.³

Gráfico 01

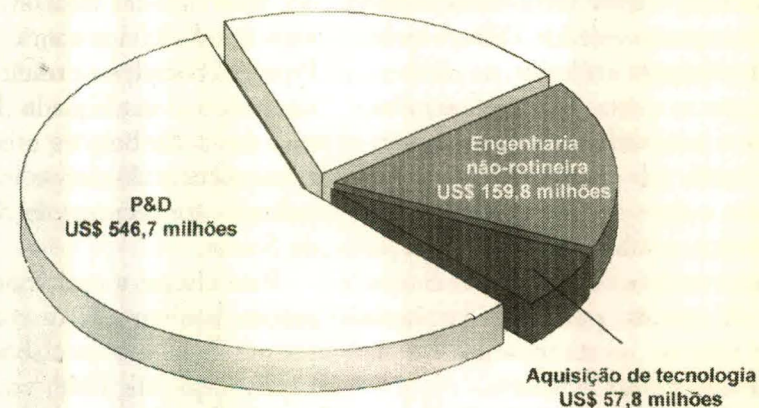
Perfil da amostra por porte (vendas em US\$ milhões)
% sobre o total de empresas



Fonte: Empresas
Elaboração: SOBEET

Gráfico 02

Total dos dispêndios em inovação e capacitação tecnológica das empresas transnacionais
US\$ milhões



Fonte: Empresas
Elaboração: SOBEET

O PERFIL DAS INOVADORAS

Por meio de questionários preenchidos e de entrevistas diretas participaram da pesquisa 85 (oitenta e cinco) empresas transnacionais. A amostra é bem representativa. O faturamento total dessas empresas equivaleu a 5% do PIB global (US\$ 750 bilhões) e a 15% do PIB industrial, no ano de 1998. O Gráfico 01 detalha o perfil das empresas pesquisadas, segundo o porte – faturamento de vendas. Várias questões relevantes foram discutidas e analisadas nesta pesquisa aqui, entretanto, destacam-se algumas.

OS DISPÊNDIOS

As transnacionais investiram US\$ 959,7 milhões em atividades inovadoras, perfazendo 3,7%, valor médio por empresa, do faturamento de vendas, ver Gráficos 02. Desse total, US\$ 546,7 milhões destinaram-se à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e o restante, US\$ 413 milhões foi alocado à capacitação tecnológica. Esse último ficou assim distribuído:

- suporte e apoio tecnológico (US\$195,4 milhões), com destaque para treinamento e capacitação da mão-de-obra, com 17,4%, e ensaios, testes e análises técnicas, com 18,2%;
- aquisição de tecnologia (US\$ 57,8 milhões), sendo que 39,7% foram adquiridas no Brasil e 60,3% no exterior; e
- engenharia não rotineira (US\$ 159,8 milhões), sendo 39,5% destinados a produto e 40,8% a processos.

As perspectivas de dispêndios em atividades inovadoras para este e o próximo ano são muito boas. A análise da evolução do esforço tecnológico, medido pela proporção entre dispêndios em P&D e faturamento de vendas, mostra que as pesquisadas pretendem continuar investindo elevados montantes em projetos tecnológicos, com foco na ampliação de sua participação no mercado local, com a mesma linha de produtos da matriz (ver Gráficos 03 e 04).

ARTIGO

Todo o instrumental teórico da Economia do Meio Ambiente conduz ao reconhecimento da existência da Dívida Ecológica. Haverá controvérsias quanto à sua amplitude e quanto aos procedimentos para calculá-la e resgatá-la, conforme acima exemplificado; não, porém, quanto à sua existência.

É inútil aguardar-se que venha dos governos das nações AD alguma iniciativa neste sentido. Todavia, nações como a Índia, a Indonésia e outras de significativo peso demográfico e econômico, certamente estarão dispostas a desenvolver e multiplicar essa discussão. De certa forma, esse debate coloca em escala internacional os mesmos argumentos presentes na discussão sobre justiça ambiental ou racismo ambiental no interior dos Estados Unidos. Se o Judiciário daquele país reconhece direitos iguais para todos os seus cidadãos ao meio ambiente saudável, devendo ser indenizados aqueles que sofrem os efeitos da degradação, porque os mesmos direitos não deveriam ser reconhecidos em todo o planeta?

Poder-se-ia argüir a legitimidade jurídico-política da cobrança. Afinal, a dívida externa foi contraída mediante contratos ou outros instrumentos jurídicos formais. Não existem contratos para a Dívida Ecológica. Será que isso esgota a questão? Não. Uma expressiva quantidade de documentos e tratados internacionais¹⁴ reconhece a existência dos custos ambientais das atividades econômicas e recomenda a sua contabilização, bem como alerta para a necessidade de entendimentos visando a maior equidade nas relações entre as nações tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Todo esse conjunto de instrumentos pode ser legitimamente invocado como fundamento jurídico para o reconhecimento e a cobrança da Dívida Ecológica. De certo modo, poder-se-ia apresentar o pagamento da Dívida Ecológica como a aplicação dos Princípios Poluidor-Pagador e Usuário-Pagador em escala global.

Considerando as reflexões acima apresentadas e ainda

a) o impacto da dívida externa sobre a economia brasileira e as restrições que impõe à capacidade de investimento governamental para o atendimento das carências do povo brasileiro na área social;

b) a expressiva dimensão financeira potencial da Dívida Ecológica da qual o Brasil é credor; e

c) a inexistência de programas governamentais para o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental e de Estatísticas Ambientais, sugere-se que:

a) o Congresso Nacional e o Poder Executivo despertem para a importância do tema, colocando entre as prioridades da política exterior brasileira a reclamação nos fóruns internacionais da Dívida Ecológica;

b) recomende-se ao IBGE para que desenvolva, em conjunto com instituições de pesquisa, um programa para a quantificação da Dívida Ecológica da qual o Brasil é credor; e

c) recomende-se ao Ministério da Fazenda para que examine alternativas de contingenciamento do pagamento da dívida externa, condicionando-a à reciprocidade de pagamento da Dívida Ecológica pelas nações ambientalmente devedoras que são credoras da dívida externa brasileira.

Saliente-se, finalmente, que a abordagem aqui esboçada é substancialmente diferente do simples abatimento de parcela da dívida externa em troca de investimentos para a preservação ambiental.

Luiz Henrique Lima é economista, ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Estado de Administração.

¹ 'Deuda Ecológica y Deuda Externa'. In: *Encuentro La Deuda Externa y el Final del Milenio*. Parlamento Latinoamericano, Caracas, julho de 1997.

² Considerando-se como territórios as fronteiras terrestres, marítimas e aéreas reconhecidas internacionalmente. Dessa forma, não serão compreendidas nas estimativas da Dívida Ecológica as funções ambientais desempenhadas pelos 'Global Commons', isto é, os recursos aos quais todos os Estados possuem acesso legal: atmosfera, espaço sideral, oceanos (exceto as águas territoriais), Antártida, fauna migratória etc.

³ Environmental Indicators for Global Cooperation, Washington: The Global Environment Facility, GEF Working Papers n.º 11, 1995.

⁴ Apenas o serviço ambiental de manutenção dos estoques de carbono na Floresta Amazônica foi estimado como capaz de gerar uma anuidade entre US\$ 6 e 213 bilhões anuais, segundo os pressupostos adotados. Cf. FEARNSIDE, Philip M., 1997. 'Serviços ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia rural'. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.), 1997. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, cap. 19. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

⁵ Cf. O Globo, 05/06/1997. Merecedor de análise também é o fato de que, quando admitida a compensação financeira pelos serviços ambientais prestados pela Amazônia, procure-se destiná-la não à nação brasileira, mas aos "povos da floresta".

⁶ 'How should a parasite value its host?'. In: *Ecological Economics* n.º 25, abril de 1998, p. 49-52.

⁷ Economic Adjustment Policies and the Environment: A Case Study of Brazil. London: University College, London, Tese de Doutorado.

⁸ 'Third-world debt and tropical deforestation'. In: *Ecological Economics* n.º 12, fevereiro de 1995, p. 107-123.

⁹ World Without End: Economics, Environment, and Sustainable Development. Oxford (Reino Unido): Oxford University Press

¹⁰ 'Democratising the global economy by ecologicalising economics: the example of global warming'. In: *Ecological Economics* n.º 16, abril de 1996, p. 227-238.

¹¹ Além das emissões industriais de CO₂, considera também o equivalente de CO₂ em termos calóricos das emissões industriais de CH₄ e da utilização de CFCs.

¹² Towards a green world. New Delhi: Centre for Science and Environment, 1992.

¹³ Allocating Responsibility for Global Warming: The Natural Debt Index. Honolulu: mimeo, 1991.

¹⁴ Cf. Princípios 7 e 16 da 'Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento' e Capítulo VIII da Agenda 21.

-ADVOGADO DE PLANTÃO-

NOVO DIA E HORÁRIO DO PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - CORECON-RJ, SINDECON e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas

Terças-feiras, de 16h às 18h

na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone (21) 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone (0 xx 21) 232-8178, de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

-BIBLIOTECA-

**ATENÇÃO!
LEITORES JE**

A biblioteca Eginardo Pires
está funcionando
em seu horário normal:

**De segunda a sexta-feira,
das 13:00 h às 17:00 h.**

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.

De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30



O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalcheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
Segundas, quartas e sextas, das 12 às 18h;
Terças e quintas, das 11 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178

DOCUMENTO

O Sindecon e suas perspectivas para o ano 2000

Em fins do ano passado, o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro - SINDECON - renovou a sua Diretoria Executiva. Entretanto, a linha de trabalho a ser desenvolvida nos próximos três anos será a de reforçar um estilo que já se mostrou exitoso e adequado ao momento político que atravessamos. Baseado na articulação de ações junto a outros sindicatos cutistas, demais entidades dos economistas (IERJ e CORECON) e representações dos movimentos sociais, este tripé tem sustentado, nos últimos anos, importantes participações políticas do SINDECON e que pretendemos agora vê-las renovadas.

Em termos estritamente sindicais, manteremos nossa participação nos processos coletivos de acordo de trabalho, junto aos chamados sindicatos majoritários, em empresas estatais federais - como são exemplos, a Eletrobrás e a INB -, estaduais e privadas. Sempre em consonância com as diretrizes da CUT - central sindical a que somos filiados -, vimos mantendo estreito contato com Sindicatos de Economistas de outros Estados, no intuito de reforçar a defesa de interesses da nossa categoria, bem como pretendemos fortalecer o processo congressual que a CUT Nacional realizará nesse ano.

No plano de representação da categoria, e voltados para o universo de questões que nos tocam enquanto profissionais e cidadãos, nossa ação conjunta com o IERJ e o

CORECON continuará buscando projetar a identidade do Movimento de Renovação dos Economistas junto à sociedade, especialmente no tocante à defesa de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico. Criar, assim, condições de reflexão sobre as opções de política econômica que estão ao nosso alcance, na busca de um modelo que aprofunde a democracia no Brasil, é tarefa que consideramos prioritária. Retomar o processo de crescimento econômico que viabilize e seja viabilizado por um desenvolvimento sustentado pela distribuição da renda e da riqueza, continua sendo uma idéia-força da qual não abrimos mão. Acreditamos que somente uma nova ordem política viabilizará as mudanças que almejamos. Somos, assim, solidários e ativos na defesa de um Estado que tenha a capacidade de estimular e intervir no processo econômico, como fator de democratização das oportunidades em nossa sociedade. Para tanto, os mecanismos de controle social sobre o próprio Estado e suas empresas fazem-se absolutamente necessários.

Mas, acima de tudo, pretendemos avançar em nosso relacionamento junto aos demais movimentos sociais. No ano passado, enquanto promotores do Tribunal da Dívida Externa - em conjunto com entidades como a CNBB, o MST e CMP (Central de Movimentos Populares), entre outras - contribuimos de forma decisiva para problema-

tizar a opinião pública de nosso país, e nossos movimentos organizados, para a gravidade que a existência dessa dívida gera. Como desdobramentos desta empreitada, estaremos fazendo o lançamento, no próximo mês de abril, do livro A Vida Acima da Dívida, trazendo os depoimentos e conclusões do Tribunal.

Ao mesmo tempo, este livro estará preparando as condições para a realização do Plebiscito Nacional Sobre Dívida Externa, entre os dias 2 a 7 de setembro desse ano, evento a ser promovido pelas mesmas entidades que estiveram à frente da realização do Tribunal.

Trata-se, assim, de duas iniciativas que, temos certeza, contribuirão em muito para uma maior aproximação de nossa entidade com os movimentos populares organizados. Nessa perspectiva, no ano em que completam-se 500 anos da chegada dos europeus em nosso território, estamos participando também, junto com outras entidades (ADUFF, CIMI, CREA, SENGE, Mov. Negro) do projeto Brasil outros 500, uma revisão crítica da história oficial, voltada para a informação e conscientização da sociedade.

Queremos, desse modo, contribuir para o lançamento das sementes de outros 500 anos: um tempo de dignidade, de justiça, de democracia e de paz.

Paulo Sergio Souto Passarinho
Coordenador-Geral do SINDECON-RJ

CONVÊNIO

As entidades dos economistas, CORECON, SINDECON e IERJ sempre preocupadas em ampliar o leque de oportunidades e promover incentivos visando o aperfeiçoamento da categoria profissional, firmaram convênio com a ESAN/UCAM. Para obter o desconto de 20% (vinte por cento) em todos os cursos oferecidos pela ESAN/UCAM, o economista beneficiário deverá comprovar, semestralmente, a cada renovação de matrícula, estar em dia com suas obrigações para com a entidade representativa na qual se encontre filiado. As bolsas serão analisadas pela ESAN sendo deferidas e homologadas pela direção da instituição, perante o exame dos documentos dos candidatos. As bolsas concedidas não serão cumulativas. Os beneficiários de descontos pelo Convênio, perderão direito ao percentual se sua média global ficar abaixo de 6,0 (seis). Maiores informações pelo tel. (21) 531-2496, ramais 225 ou 229 - UCAM.

ARTIGO

viabilizam recursos para a própria manutenção? Os nossos cursos hoje privilegiam a visão crítica ou a apropriação de técnicas e modelos experimentais? Existe uma formação crítica que busca ampliar o conhecimento? A maioria dos estudantes é hoje treinada a servir ao sistema produtivo e não a pensar, questionar e mudar. O ensino tende a ficar restrito à área de atuação; não se aprende a considerar o conjunto.

O provão faz parte deste processo de transformação da universidade que busca o conhecimento para uma universidade que apenas ensina a fazer. É assim, um instrumento de controle e de condução a uma indesejável homogeneização dos cursos superiores no Brasil. O controle é exercido pela atribuição de conceitos aos cursos e pelo uso que deles é feito. O MEC já demonstrou como pretende exercê-lo. Divulga os conceitos dos cursos pela mídia, às vezes antes de fazê-lo diretamente aos interessados, constringendo instituições e alunos. Seus resultados, publicados nos moldes de matéria de tablóides sensacionalistas, não servem ao aprimoramento do ensino superior brasileiro, nem passam no crivo dos

padrões éticos exigidos de verdadeiras avaliações. Delas, por exemplo, parece depreender-se que os estudantes estão sendo tão mal preparados que, no provão, alcançam notas de reprovação, em média. Como foi divulgado, das 13 áreas avaliadas, apenas 3 obtiveram média superior a 4: Medicina (7.0); Direito 4,2), e Odontologia (4.8). Economia, Engenharia civil e mecânica e Jornalismo, não passaram de 3. Desmoralizam o Ensino Superior, a Escola, o curso e o aluno que, com toda a dificuldade, conseguiu o diploma daquela Escola.

É a cultura da pseudo-avaliação, punitiva e destrutiva e não uma de caráter construtivo.

Acredito que a educação não deve ser tratada enquanto uma mercadoria e, tal como esta na constituição, é dever do Estado e direito dos cidadãos. Sendo assim, por que não controlar o surgimento de cursos? Se a qualidade das escolas é ruim, é porque são autorizadas a funcionar e depois não têm um acompanhamento rigoroso sobre o seu desenvolvimento. Se o Governo Federal é o responsável pelo Ensino Superior, e não faz esse controle, por que depois punir o aluno

e sua família? Não é melhor evitar a proliferação de cursos de "fazer diplomas"? Não é mais justo com os alunos, com a sociedade?

Por tudo isto é que acreditamos que o sentido maior do provão não é o de melhorar o ensino superior no Brasil pois há formas mais eficientes, mais baratas e menos desgastantes. O sentido maior do provão é o de se constituir em mais um instrumento para destruir a universidade que produz conhecimento e construir a universidade utilitarista. Porque, como diz muito bem o nosso sempre professor Milton Santos:

"Quando a Universidade se transforma em uma oficina do utilitarismo, ela é, ao mesmo tempo, esterilizada e esterilizante. Torna-se um corpo morto e um corpo morto não cria coisa alguma. O conhecimento produzido como meio de produção nasce para morrer quando se torna funcional. É o saber do fazer coisas, um processo finito. Ora, a busca do conhecimento é um processo infinito, o processo de criação que é, ele mesmo recriador. O seu centro de interesse é no homem e não nas coisas."

Maria Dirlene Trindade Marques é profª da Face-UFGM.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

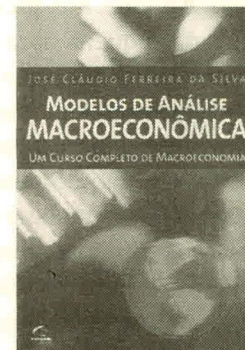
A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília, tel (0xx61) 321-7540 e 321-3232. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe* – 1998, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional* – 1998, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe* – 1998, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal* – Número 67 – Abril de 1999, 191p. U\$ 15,00.

Funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Uma nova Recessão: o que deu errado?* Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 27,30
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 59,50
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

RESENHA

por Reinaldo Gonçalves

"O Brasil desempregado"

Jorge Mattoso

São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999

Depois da publicação do livro *Brasil Privatizado* de Aloysio Biondi, que vendeu cerca de 200 mil exemplares, a Editora Fundação Perseu Abramo nos presenteia com mais uma pequena obra-prima. O livro de Jorge Mattoso é um retrato tamanho 3x4 da evolução da economia brasileira nos anos 90, com foco na questão do desemprego a partir de 1995. A análise é objetiva, concisa e extremamente didática, ao mesmo tempo em que apresenta, de forma abrangente, as diversas dimensões, causas e conseqüências do problema.

Nunca houve no Brasil um desemprego tão alto quanto o que tem sido observado neste final de século. O crescimento extraordinário do desemprego, tanto em termos relativos como em termos absolutos, tem sido acompanhado pela crescente deterioração das condições de trabalho. A taxa de desemprego aberto tem subido continuamente de 4,6% em 1995 para 7,8 em 1999. A taxa de desemprego oculto também apresenta um aumento dramático. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego total (aberto mais oculto) aumentou de 13,2% em 1995 para 19,5% em 1999. Este aumento do desemprego é generalizado, tanto em termos de grupos sociais, como em termos setoriais. Para ilustrar, a maior taxa de crescimento do número de desempregados é a do grupo social com maior escolaridade - trata-se, aqui, de engenheiros, advogados e economistas desempregados. A redução do número de postos de trabalho ocorreu todos os anos a partir de 1995 e atingiu todos os setores, inclusive, aqueles com maior intensidade no uso de trabalho (construção civil e comércio).

O autor mostra claramente que também tem havido uma piora significativa das condições de trabalho. Os dados são conclusivos a respeito do aumento do trabalho tem-

porário, por tempo determinado, e sem renda fixa. A precarização do trabalho reflete o fato de que dois em cada cinco brasileiros encontram ocupação em atividades informais. Verifica-se que nas grandes cidades três em cada cinco brasileiros estão desempregados ou na informalidade. Estima-se, então, que cerca de 24 milhões de pessoas estariam fora do mercado formal de trabalho, enquanto mais de 10 milhões estariam desempregadas. A piora da situação do emprego tem implicado em uma deterioração da relações de trabalho. É evidente o debilitamento dos sindicatos. Conforme assinalar o autor "a ação sindical foi restringida pela profunda transformação regressiva da estrutura produtiva, pelo crescimento econômico medíocre, pela redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, pelo aumento do desemprego, pela redução de empregos formais e pela elevação da precarização das condições e relações de trabalho".

A piora do desemprego e das condições de trabalho no Brasil a partir de 1995 é determinada, em grande medida, pelo modelo econômico adotado. Em particular, o autor especifica a inserção internacional passiva e subordinada, marcada, principalmente, pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela sobrevalorização cambial, e pelos juros elevados. O resultado é que o País tem experimentado um processo de adaptação regressiva do sistema produtivo. O indicador mais evidente deste processo é que tem havido uma queda da taxa de investimento bruto da economia brasileira a partir de 1995. A lógica microeconômica de reação das empresas tem sido "acelerar a terceirização, abandonar linhas de produtos, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de con-

trole acionário e reduzir custos, sobretudo da mão-de-obra."

O livro trata ainda da relação entre inovação tecnológica e emprego, e salário mínimo e distribuição de renda. No que se refere ao progresso técnico, o autor desmistifica o argumento freqüentemente usado de "desemprego tecnológico". O ponto central é que a inovação só provoca desemprego quando não é acompanhada de um processo virtuoso de novos investimentos que geram um círculo virtuoso de acumulação. Assim, modelos ou políticas que têm um viés contracionista tendem a inibir o potencial de crescimento da inovação tecnológica. Com relação ao salário mínimo, o autor mostra que 21% dos trabalhadores ocupados recebem até um salário mínimo e 18,7% recebem entre um e dois salários mínimos. O aumento do salário mínimo é defendido, ao mesmo tempo em que são descartados os pretextos usados mais freqüentemente usados por aqueles que defendem a manutenção do salário mínimo em níveis absurdamente baixos. Dentre os pretextos, o autor menciona o impacto do aumento do salário mínimo sobre os gastos da Previdência, inflação, eficiência, situação das regiões mais atrasadas e desemprego. Os argumentos de Mattoso têm sido usados no debate atual sobre o aumento do salário mínimo, até mesmo por representantes da plutocracia brasileira, preocupados com a trajetória de instabilidade e crise do País, e que procuram ampliar as políticas sociais compensatórias (e.g., combate à pobreza) e pressionar por aumento do salário mínimo.

O autor vai, entretanto, muito além disto. Mattoso conclui com um conjunto de diretrizes para um modelo alternativo. Estas diretrizes são a retomada do crescimento associada à geração de emprego, à distribuição de riqueza e renda, e à redução das desigualdades existen-

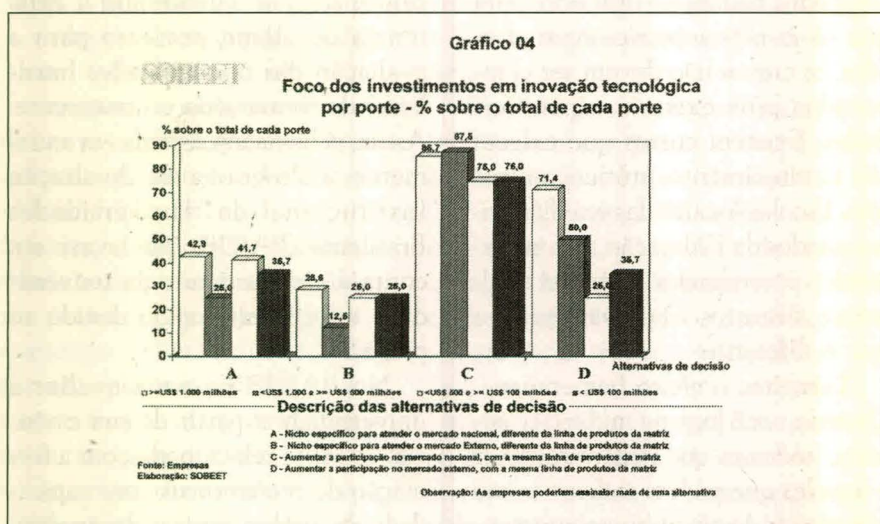
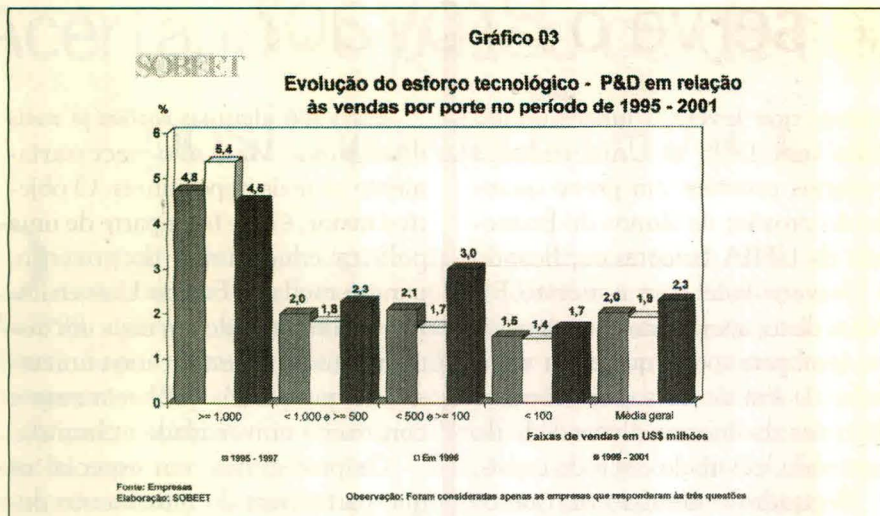


tes no País. Trata-se de operar estas diretrizes em três eixos centrais: controle de capitais, pausa na abertura comercial e renegociação das dívidas interna e externa. A recuperação do gasto público é vista como um dos elementos básicos do modelo alternativo delineado pelo autor, com base em uma efetiva reforma tributária marcada pela progressividade fiscal e pela distribuição de riqueza e renda.

As qualidades do livro são inúmeras. Ele trata de um tema central da atualidade. Há um balanço perfeito entre análise e evidência empírica. O estilo tem como atributos a objetividade e a concisão. Os boxes usados pelo autor são muito úteis e tratam de todas as questões importantes relacionadas ao tema principal. Ainda como vantagem do livro deve-se ressaltar o enfoque abrangente dado pelo autor, que relaciona o problema do desemprego com o modelo econômico adotado no Brasil, principalmente, a partir de 1995. Por estas qualidades, recomenda-se este livro como leitura obrigatória para todos aqueles interessados não somente no tema do emprego (melhor dizendo, do desemprego), como também para aqueles interessados em um melhor entendimento da economia brasileira. Este livro pode ser recomendado, inclusive, como texto de apoio em cursos de Economia Brasileira ou Economia do Trabalho nas faculdades de Economia, ou nos cursos básicos de economia de outras faculdades (Ciências Sociais, Engenharia, Direito, etc).

Reinaldo Gonçalves é professor titular de Economia do IE/UFRJ.

ARTIGO

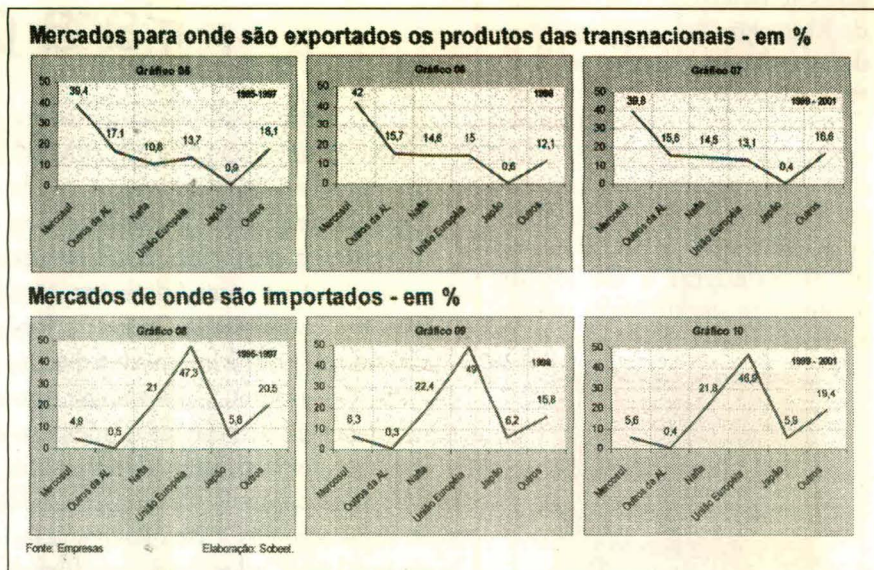


ESTÁGIO TECNOLÓGICO

Para avaliar o grau de percepção da empresa sobre o seu padrão de desenvolvimento, foi solicitado a ela identificar o estágio tecnológico de seus principais produtos comercializados, no mercado brasileiro, em relação à matriz e aos seus concorrentes (internos e externos) mais representativos. A maioria delas, mais de 60%, afirmou que seus produtos se encontram em estágio tecnológico semelhante aos da matriz e de seus concorrentes externos. Quase 75% delas apontaram que, em relação aos seus concorrentes internos, seus produtos se encontram mais atualizados. Isso poderia reforçar o argumento de que a presença de empresas transnacionais representaria um elemento potencializador do desenvolvimento tecnológico industrial de países emergentes.

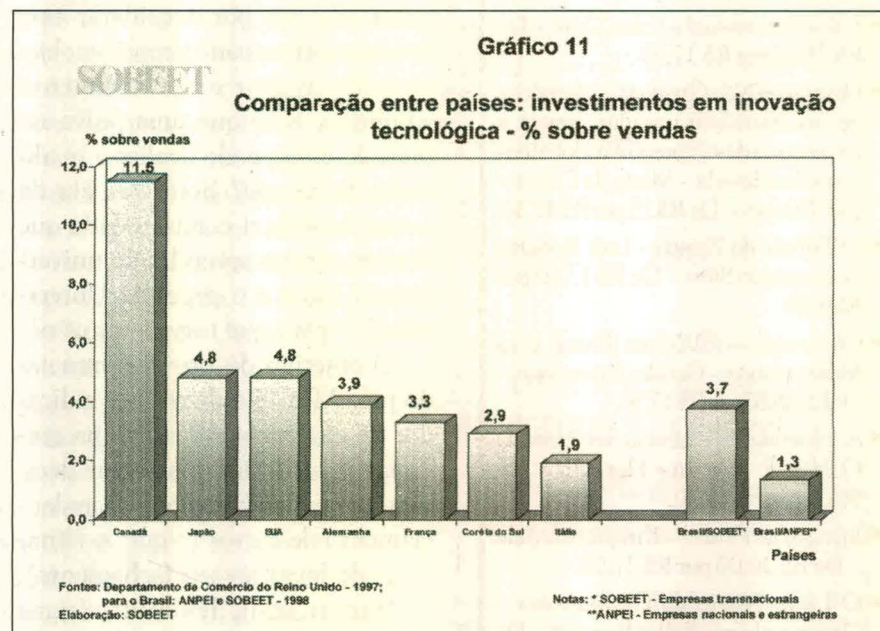
TRANSAÇÕES EXTERNAS

As empresas transnacionais aqui instaladas consideram o Brasil uma importante plataforma de produção para os países da América Latina, cujo percentual das vendas totais não ultrapassada 18%, em média. Mais de 56% das vendas externas das transnacionais têm sido direcionadas para esses países, e a previsão até o ano 2001 indica semelhante tendência, ver Gráficos 05 a 10. Apesar das recentes dificuldades econômicas, os países do Mercosul vêm absorvendo boa parte das exportações, algo em torno de 40%. Com relação às importações, as transnacionais compram pouco dos países da América Latina. Cerca de 70% de suas importações nos últimos anos vêm dos países da União Européia e do Nafta, provenientes basicamente da matriz ou da região na qual ela (matriz) está localizada, e as perspectivas futuras demonstram poucas alterações, evidenciando a existência de relação estreita entre a compradora (transnacional) e o seu fornecedor preferencial. Isso constitui fonte de barreiras à entrada de fornecedores nacionais.



COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

As transnacionais investiram, em média, 3,7% do valor de suas vendas totais, enquanto um grupo de 420 empresas (nacionais e estrangeiras) pesquisadas pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais (ANPEI), investiu apenas 1,3% (ver Gráfico 11). Duas questões merecem destaque. A primeira se refere à importância da tecnologia como elemento diferenciador da já acirrada concorrência entre as empresas do país. A segunda se refere à comparação entre países no que tange aos dispêndios em inovação como proporção das vendas. As transnacionais no país estão aquém das instaladas nos EUA e no Japão (que despendem 4,8%) e na Alemanha (3,9%), porém já superaram as francesas (3,3%), as coreanas (2,9%) e as italianas (1,9%).



O principal resultado desta pesquisa é o fato de que o Brasil começa a competir mundialmente utilizando a melhor estratégia: inovação e capacitação tecnológica.

Virene Roxo Matesco é diretora da Sobest e Coordenadora no IBRE/FGV.

¹ Essas informações foram extraídas do Relatório da United Nations Conference on Trade and Development (Unctad), World Investment Report, 1999. Além disso, esse relatório contém os aspectos metodológicos específicos de cada país apresentados nas págs. 493 e 494.

² Nesta pesquisa foi empregado o conceito de inovação e de capacitação tecnológica definido nos Manuais Frascati e Oslo elaborados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Aspectos morais do crescimento econômico,
Barrington Moore, Jr.
De R\$ 25,00 Por R\$ 17,50

- *A Corrosão do Caráter* - Richard Sennet. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Terceira Via* - Anthony Giddens. De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Falso Amanhecer* - John Gray - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *Destruição Não Criadora* - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada - Maria da Conceição Tavares - De R\$ 25 por R\$ 17,50.
- *O Tributo do Tempo* - Luiz Roberto Nascimento Silva - De R\$ 12,00 por R\$ 8,40.
- *Chairman* - O Novo Brasil e as Multinacionais - Getulio Bittencourt - De R\$ 25,00 por R\$ 17,50.
- *A Idéia de Decadência na História Ocidental* - Arthur Herman - De 56,00 por R\$ 39,20.
- *Inimigos do Futuro* - Kirkpatrick Sale - De R\$ 30,00 por R\$ 21,00.
- *O Livro Negro do Capitalismo* - Organizado por Gilles Perrault - De R\$ 45,00 por R\$ 31,50.
- *O Mercado Futuro e de Opções* - Octavio Bessada - De R\$ 14,00 por R\$ 9,80.

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ. Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

ARTIGO ————— por Maria Dirlene Trindade Marques —

Para que serve o Provão?

Com grande impacto sobre a opinião pública, o MEC divulgou, no final do ano, o resultado da avaliação das instituições de ensino superior no país. Os cursos avaliados foram: Administração, Direito, Economia, e Química, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Veterinária, Odontologia, Engenharia civil, elétrica e mecânica. Este foi o primeiro ano que o curso de Economia participou. Quero aqui retomar a discussão iniciada por Luis Carlos Prado, no *Jornal dos Economistas* de nº 128 com a matéria: Provão discutindo seus resultados.

Tenho muitos e diferentes motivos para me orgulhar da UFMG e do curso no qual leciono: Economia. Mas, não creio que o resultado do provão seja um deles. Quando em 1996 o movimento docente, o estudantil e o dos funcionários, além de vários dirigentes das universidades públicas se manifestaram contrários a esse sistema de avaliação, não era com receio de seus resultados mas era por considerar essa forma incorreta para cumprir os objetivos de avaliar o conhecimento adquirido. Será que uma prova no final do curso pode avaliar a qualidade da Escola? Será que ela dá conta de toda a complexidade que deveria ter um aprendizado universitário? Qual é o papel da Universidade e para que serve o provão?

O objetivo do provão anunciado pelo MEC é o de ser um indicador de eficiência de ensino na graduação, permitindo nortear decisões de credenciamento e recredenciamento de cursos (o que, no limite, pode levar ao seu fechamento).

Vamos aqui, levantar alguns aspectos questionadores desta eficiência:

Primeiro, uma prova no final do curso para avaliar o que o aluno aprendeu é uma farsa. De um lado, porque os alunos não estão sendo avaliados. Quem está é a instituição. De outro lado, o retrato em um único dia de um aprendizado de vários anos, não pode estar sujeito a situações pessoais e políticas oca-

sionais que levem a um resultado ruim (em 1998 as Universidades Federais estavam em greve quando do provão; os alunos de Economia da UFBA boicotaram, ficando a Universidade com conceito E). Além disso, apenas uma prova teórica, igual para todos, quase um vestibular de fim de curso, dificilmente dá conta da enorme diversidade do conteúdo lecionado em todo o país.

Segundo, o ministro diz que os resultados podem ser utilizados para que os cursos sejam comparados. Mas, os cursos não devem ser comparados pois existem especificidades. Existem cursos que exigem um conhecimento prático, outros não. Escolas localizadas em diferentes estados da Federação têm necessidades, aprendizados e história totalmente distintos. O provão iguala o que é diferente.

Terceiro, o efeito bumerangue. Quando você joga na mídia o resultado, todos os que podem escolher e aqueles que podem indicar, como o professor do cursinho, seguramente vão se orientar por essa avaliação. Assim, quem recebe um A ou B recebe mais alunos, mais recursos e melhora. As outras instituições vão falir. Portanto, a divulgação do resultado tem um efeito punitivo. Com isto, intensificam-se as diferenças. Se, em uma região do país, o ensino, a partir do provão, é considerado comparativamente pior do que em outra, a partir daí aquele vai ficar cada vez pior. Em especial nas escolas públicas onde haverá uma intensa redução de verbas sem ser possível buscar parcerias, prestação de serviços, consultorias, regalias das escolas públicas do centro sul.

O resultado de tudo isto já se faz notar. A classificação gera a competição, e a universidade, com medo de perder sua posição vai se organizar e só vai se preocupar em ensinar macetes de prova para ter um A ou B. Começam assim, a proliferar cursos para capacitar o aluno para o provão, sem formá-lo de fato. Gera-se uma melhoria artificial da nota e uma piora do ensino superior.

Essas são algumas razões já mais divulgadas. Mas, não necessariamente as mais importantes. O objetivo maior, é o de fazer parte de uma política educacional do governo, para se mudar o Ensino Universitário, se constituindo em mais um instrumento para destruir uma universidade que produz conhecimento e construir a universidade utilitarista.

Os professores, em especial os que participam do movimento docente, sempre defenderam a existência de algum processo para a avaliação das universidades brasileiras de forma séria e consistente. Assim, já havia um sistema em andamento o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que levava em conta a complexidade da universidade e foi interrompido devido ao provão.

No PAIUB buscava avaliar a universidade a partir de sua essência, que está relacionada com a formação de profissionais com capacidade de análise crítica, de questionar, de identificar problemas e propor abordagens e soluções. Onde o trinômio - ensino, pesquisa e extensão - representa os instrumentos e mecanismos para viabilizar este conhecimento, onde a crítica deve ser rotina e o status quo constantemente questionado.

É através do ensino, da pesquisa e da extensão que a universidade se integra à sociedade, buscando o seu aprimoramento e o das diferentes instituições. Era o que ocorria fundamentalmente nas universidades públicas. Mas hoje, através de medidas como o provão, a Universidade tem se transformado. Permitiu que o governo a desmoralizasse como incompetente e foi se ajustando e esquecendo de sua essência: ensinar a analisar, pensar, criar, produzir com senso crítico, romper com o *status quo*, buscar o novo. A extensão hoje leva em consideração a essência universitária ou interesses pessoais? Os convênios que estão sendo firmados, vão contribuir na formação do cidadão com plena capacidade pensante ou apenas

ARTIGO

viabilizam recursos para a própria manutenção? Os nossos cursos hoje privilegiam a visão crítica ou a apropriação de técnicas e modelos experimentais? Existe uma formação crítica que busca ampliar o conhecimento? A maioria dos estudantes é hoje treinada a servir ao sistema produtivo e não a pensar, questionar e mudar. O ensino tende a ficar restrito à área de atuação; não se aprende a considerar o conjunto.

O provão faz parte deste processo de transformação da universidade que busca o conhecimento para uma universidade que apenas ensina a fazer. É assim, um instrumento de controle e de condução a uma indesejável homogeneização dos cursos superiores no Brasil. O controle é exercido pela atribuição de conceitos aos cursos e pelo uso que deles é feito. O MEC já demonstrou como pretende exercê-lo. Divulga os conceitos dos cursos pela mídia, às vezes antes de fazê-lo diretamente aos interessados, constringendo instituições e alunos. Seus resultados, publicados nos moldes de matéria de tablóides sensacionalistas, não servem ao aprimoramento do ensino superior brasileiro, nem passam no crivo dos

padrões éticos exigidos de verdadeiras avaliações. Delas, por exemplo, parece depreender-se que os estudantes estão sendo tão mal preparados que, no provão, alcançam notas de reprovação, em média. Como foi divulgado, das 13 áreas avaliadas, apenas 3 obtiveram média superior a 4: Medicina (7.0); Direito (4,2), e Odontologia (4.8). Economia, Engenharia civil e mecânica e Jornalismo, não passaram de 3. Desmoralizam o Ensino Superior, a Escola, o curso e o aluno que, com toda a dificuldade, conseguiu o diploma daquela Escola.

É a cultura da pseudo-avaliação, punitiva e destrutiva e não uma de caráter construtivo.

Acredito que a educação não deve ser tratada enquanto uma mercadoria e, tal como esta na constituição, é dever do Estado e direito dos cidadãos. Sendo assim, por que não controlar o surgimento de cursos? Se a qualidade das escolas é ruim, é porque são autorizadas a funcionar e depois não têm um acompanhamento rigoroso sobre o seu desenvolvimento. Se o Governo Federal é o responsável pelo Ensino Superior, e não faz esse controle, por que depois punir o aluno

e sua família? Não é melhor evitar a proliferação de cursos de "fazer diplomas"? Não é mais justo com os alunos, com a sociedade?

Por tudo isto é que acreditamos que o sentido maior do provão não é o de melhorar o ensino superior no Brasil pois há formas mais eficientes, mais baratas e menos desgastantes. O sentido maior do provão é o de se constituir em mais um instrumento para destruir a universidade que produz conhecimento e construir a universidade utilitarista. Porque, como diz muito bem o nosso sempre professor Milton Santos:

"Quando a Universidade se transforma em uma oficina do utilitarismo, ela é, ao mesmo tempo, esterilizada e esterilizante. Torna-se um corpo morto e um corpo morto não cria coisa alguma. O conhecimento produzido como meio de produção nasce para morrer quando se torna funcional. É o saber do fazer coisas, um processo finito. Ora, a busca do conhecimento é um processo infinito, o processo de criação que é, ele mesmo recriador. O seu centro de interesse é no homem e não nas coisas."

Maria Dirlene Trindade Marques é prof^a da Face-UFGM.

CEPAL

Parceria facilita aquisição

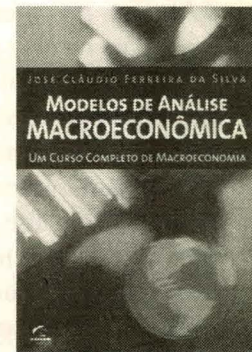
A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas, dentre seus vários objetivos, visa a compilar, avaliar e difundir informações econômicas e sociais. O Conselho Regional de Economia/RJ firmou convênio com essa instituição, para que os leitores interessados possam consultar o catálogo, disponível na Biblioteca Eginardo Pires, e/ou adquirir publicações. O dólar do mês corrente será informado na própria biblioteca, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília, tel (0xx61) 321-7540 e 321-3232. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe* – 1998, 108p. U\$ 15,00.
- *Panorama de la inserción internacional* – 1998, 225p. U\$ 20,00.
- *El régimen de contratación petrolera de América Latina en la década de los noventa (Cuadernos de la Cepal, 84)*, 134p. U\$ 8,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe* – 1998, 289p. U\$ 15,00.
- *Temas y desafíos de las políticas de población en los años noventa en América Latina y el Caribe (Cuadernos de la Cepal, 83)*, 267p. U\$ 8,00.
- *Revista de la Cepal – Número 67 – Abril de 1999*, 191p. U\$ 15,00.

Funcionamento da biblioteca: segundas, quartas e sextas das 12h às 18h, terças e quintas das 11h às 17h.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica,

Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Uma nova Recessão: o que deu errado?* Krugman. De: R\$ 31,00 Por: R\$ 21,70
- *Globalização e Globobagens*, Krugman. De: R\$ 34,00 Por: R\$ 27,30
- *Introdução à Economia*, Mankiw. De: R\$ 79,00 Por: R\$ 59,50
- *Fundamentos da Moderna Administração Financeira*, Brigham. De: R\$ 65,00 Por: R\$ 45,50
- *Sucesso, Dummies*. De: R\$ 44,00 Por: R\$ 30,80
- *A Crise do Capitalismo*, George Soros. De: R\$ 33,50 Por: R\$ 23,45
- *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Landes. De: R\$ 68,50 Por: R\$ 47,95
- *Macroeconomia Moderna*, De Paula. De: R\$ 39,00 Por: 27,30
- *Macroeconomia: Teoria Política e Econômica*, Blanchard. De: R\$ 69,00 Por: R\$ 48,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento: segundas, quartas e sextas, das 12h às 18h; terças e quintas, das 11h às 17h. Telefone: (21) 232-8178

RESENHA

por Reinaldo Gonçalves

"O Brasil desempregado"

Jorge Mattoso

São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999

Depois da publicação do livro *Brasil Privatizado* de Aloysio Biondi, que vendeu cerca de 200 mil exemplares, a Editora Fundação Perseu Abramo nos presenteia com mais uma pequena obra-prima. O livro de Jorge Mattoso é um retrato tamanho 3x4 da evolução da economia brasileira nos anos 90, com foco na questão do desemprego a partir de 1995. A análise é objetiva, concisa e extremamente didática, ao mesmo tempo em que apresenta, de forma abrangente, as diversas dimensões, causas e consequências do problema.

Nunca houve no Brasil um desemprego tão alto quanto o que tem sido observado neste final de século. O crescimento extraordinário do desemprego, tanto em termos relativos como em termos absolutos, tem sido acompanhado pela crescente deterioração das condições de trabalho. A taxa de desemprego aberto tem subido continuamente de 4,6% em 1995 para 7,8 em 1999. A taxa de desemprego oculto também apresenta um aumento dramático. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego total (aberto mais oculto) aumentou de 13,2% em 1995 para 19,5% em 1999. Este aumento do desemprego é generalizado, tanto em termos de grupos sociais, como em termos setoriais. Para ilustrar, a maior taxa de crescimento do número de desempregados é a do grupo social com maior escolaridade - trata-se, aqui, de engenheiros, advogados e economistas desempregados. A redução do número de postos de trabalho ocorreu todos os anos a partir de 1995 e atingiu todos os setores, inclusive, aqueles com maior intensidade no uso de trabalho (construção civil e comércio).

O autor mostra claramente que também tem havido uma piora significativa das condições de trabalho. Os dados são conclusivos a respeito do aumento do trabalho tem-

porário, por tempo determinado, e sem renda fixa. A precarização do trabalho reflete o fato de que dois em cada cinco brasileiros encontram ocupação em atividades informais. Verifica-se que nas grandes cidades três em cada cinco brasileiros estão desempregados ou na informalidade. Estima-se, então, que cerca de 24 milhões de pessoas estariam fora do mercado formal de trabalho, enquanto mais de 10 milhões estariam desempregadas. A piora da situação do emprego tem implicado em uma deterioração das relações de trabalho. É evidente o debilitamento dos sindicatos. Conforme assinalar o autor "a ação sindical foi restringida pela profunda transformação regressiva da estrutura produtiva, pelo crescimento econômico medíocre, pela redução dos espaços de negociação setoriais e nacionais, pelo aumento do desemprego, pela redução de empregos formais e pela elevação da precarização das condições e relações de trabalho".

A piora do desemprego e das condições de trabalho no Brasil a partir de 1995 é determinada, em grande medida, pelo modelo econômico adotado. Em particular, o autor especifica a inserção internacional passiva e subordinada, marcada, principalmente, pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela sobrevalorização cambial, e pelos juros elevados. O resultado é que o País tem experimentado um processo de adaptação regressiva do sistema produtivo. O indicador mais evidente deste processo é que tem havido uma queda da taxa de investimento bruto da economia brasileira a partir de 1995. A lógica microeconômica de reação das empresas tem sido "acelerar a terceirização, abandonar linhas de produtos, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões ou transferência de con-

trole acionário e reduzir custos, sobretudo da mão-de-obra."

O livro trata ainda da relação entre inovação tecnológica e emprego, e salário mínimo e distribuição de renda. No que se refere ao progresso técnico, o autor desmistifica o argumento freqüentemente usado de "desemprego tecnológico". O ponto central é que a inovação só provoca desemprego quando não é acompanhada de um processo virtuoso de novos investimentos que geram um círculo virtuoso de acumulação. Assim, modelos ou políticas que têm um viés contracionista tendem a inibir o potencial de crescimento da inovação tecnológica. Com relação ao salário mínimo, o autor mostra que 21% dos trabalhadores ocupados recebem até um salário mínimo e 18,7% recebem entre um e dois salários mínimos. O aumento do salário mínimo é defendido, ao mesmo tempo em que são descartados os pretextos usados mais freqüentemente usados por aqueles que defendem a manutenção do salário mínimo em níveis absurdamente baixos. Dentre os pretextos, o autor menciona o impacto do aumento do salário mínimo sobre os gastos da Previdência, inflação, eficiência, situação das regiões mais atrasadas e desemprego. Os argumentos de Mattoso têm sido usados no debate atual sobre o aumento do salário mínimo, até mesmo por representantes da plutocracia brasileira, preocupados com a trajetória de instabilidade e crise do País, e que procuram ampliar as políticas sociais compensatórias (e.g., combate à pobreza) e pressionar por aumento do salário mínimo.

O autor vai, entretanto, muito além disto. Mattoso conclui com um conjunto de diretrizes para um modelo alternativo. Estas diretrizes são a retomada do crescimento associada à geração de emprego, à distribuição de riqueza e renda, e à redução das desigualdades existen-



tes no País. Trata-se de operar estas diretrizes em três eixos centrais: controle de capitais, pausa na abertura comercial e renegociação das dívidas interna e externa. A recuperação do gasto público é vista como um dos elementos básicos do modelo alternativo delineado pelo autor, com base em uma efetiva reforma tributária marcada pela progressividade fiscal e pela distribuição de riqueza e renda.

As qualidades do livro são inúmeras. Ele trata de um tema central da atualidade. Há um balanço perfeito entre análise e evidência empírica. O estilo tem como atributos a objetividade e a concisão. Os boxes usados pelo autor são muito úteis e tratam de todas as questões importantes relacionadas ao tema principal. Ainda como vantagem do livro deve-se ressaltar o enfoque abrangente dado pelo autor, que relaciona o problema do desemprego com o modelo econômico adotado no Brasil, principalmente, a partir de 1995. Por estas qualidades, recomenda-se este livro como leitura obrigatória para todos aqueles interessados não somente no tema do emprego (melhor dizendo, do desemprego), como também para aqueles interessados em um melhor entendimento da economia brasileira. Este livro pode ser recomendado, inclusive, como texto de apoio em cursos de Economia Brasileira ou Economia do Trabalho nas faculdades de Economia, ou nos cursos básicos de economia de outras faculdades (Ciências Sociais, Engenharia, Direito, etc).

Reinaldo Gonçalves é professor titular de Economia do IE/UFRJ.

- BIBLIOTECA VIRTUAL -

BIBLIOTECA VIRTUAL DA ECONOMIA - BiVec/UFRJ

Visitas ao site cresceram 78,2% entre os meses de janeiro e dezembro de 99. Nesse sentido, cresce também a responsabilidade da BiVec de oferecer informação atualizada e de qualidade, auxiliando e colaborando, dessa forma, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa especializada na rede e o ensino da ciência econômica no Brasil. Desde o início do ano de 2000 foram incorporados novos registros de informações virtuais na BiVec que passou a deter um acervo total de 880 registros distribuídos entre suas 13 categorias. Merece especial atenção a pesquisa no site do Centro Latino Americano y Caribeño de Demografía-CELADE, instituição sediada no Chile e vinculada à Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e à Organização das Nações Unidas - ONU, que realiza e fomenta pesquisas sobre população e desenvolvimento na América Latina. A pesquisa gerou diversos registros distribuídos dentre as categorias:

Artigos e Outros Textos; Bases de Dados; Bibliotecas Virtuais, Bibliotecas, Centros de Documentação e de Informação; Dados Econômicos e Estatísticos; Instituições de Ensino e Pesquisa; Órgãos de Política, Coordenação e Fomento; e Periódicos.

Maiores informações: nuca@nuca.ie.ufrj.br

- PRÊMIO CBCISS ANO 2000 -

BRASIL 500 ANOS DE EXCLUSÃO

O CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais institui o Prêmio Brasil 500 anos de Exclusão. O Prêmio destina-se ao reconhecimento de trabalhos originais que desenvolvam estudos de Exclusão Social no Brasil. Poderão concorrer assistentes sociais e outros profissionais de nível universitário, com trabalhos individuais ou em equipes. A participação de alunos é aceita se integrada a uma equipe de pesquisa sob a responsabilidade de um professor pesquisador. Os 3 (três) melhores trabalhos selecionados, de acordo com os critérios da Comissão Julgadora, serão premiados com os seguintes valores:

- I - 1º lugar: R\$ 4.000 (Quatro mil reais)
- 2º lugar: R\$ 2.000 (Dois mil reais);
- 3º lugar: R\$ 1.000 (Hum mil reais);
- II - Com uma anuidade de sócio do CBCISS;
- III - Com uma coleção de Publicações do CBCISS a escolher.

Maiores informações sobre regulamento do concurso: telefone: (21) 220-8174 - e-mail: cbciss@openlink.com.br

- INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ -

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ANÁLISE DE CONJUNTURA

Objetivo: Oferecer uma formação de pós-graduação lato sensu para os profissionais que se dedicam ou pretendam se dedicar à análise de conjuntura. A proposta é preparar o profissional para interpretar e formular diagnósticos sobre a situação conjuntural, bem como para a elaboração de análises prospectivas. O campo de estudos enfatizará a conjuntura econômica nacional, internacional e política, oferecendo aos participantes uma base teórica e conceitual bem como treinamento na análise de conjuntura.

Módulos: Indicadores Econômicos e Métodos Quantitativos, Fundamentos Macroeconômicos da Análise de Conjuntura, Conjuntura Econômica Brasileira, Conjuntura Econômica Internacional, Conjuntura Política e Trabalho Final.

Duração: março de 2000 a fevereiro de 2001.

Horário: sábados de 08:00 às 17:00.

Maiores Informações: Tel: (21) 542-9641 ou 295-1447 Ramal: 225.

E-mail: eamg@ie.ufrj.br.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

A construção do Terceiro Mundo - Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil, e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina - um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelman, 346p., 6ª edição, Karl Max.
Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 - Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado, 179p. Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana - a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

DOCUMENTO

Cofecon, através da Justiça, faz BC alterar edital discriminatório

O Conselho Federal de Economia deliberou em reunião ampliada com os presidentes dos Conselhos Regionais de todo o país, realizada no início do mês de fevereiro, que o edital do concurso do BC para preencher 300 vagas, a ser realizado este ano, deveria perder o caráter discriminatório. Pelas regras do Banco, o candidato a vaga somente teria chance de pontuação, com critérios extremamente fluidos. Mantido o caráter discriminatório, o Conselho Federal decidiu entrar com ação contra o BC, ganhando a liminar.

A ação civil pública do Cofecon foi formulada pelo advogado

Marcelo Cerqueira e conseguiu alterar o edital que rege concurso promovido pelo Banco Central. A liminar foi proferida na 6ª Vara Federal - Seção Judicial do Estado do Rio de Janeiro.

O juiz Humberto Vasconcelos Sampaio em seu despacho classificou o edital do BC como discriminatório por dar pontuação diferenciada aos candidatos com pós-graduação. Para este concurso, o BC garantia pontuação máxima aos concursados que fizeram mestrado e doutorado em instituições que constavam de uma lista muito restrita, elaborada pelo Banco e definida sem critérios transparentes

e objetivos. Tal listagem não contemplava universidades tradicionais da França e Portugal, países que mantêm, inclusive, acordo de cooperação com o Brasil na área de educação. O juiz, desta forma, determinou "que sejam os títulos apreciados independentemente da instituição, nacional ou estrangeira, que os houver expedido...".

O juiz da 6ª Vara Federal atendendo também ao questionamento do Cofecon, entendeu ainda que para efeito de prova de títulos serão levadas em conta publicações de artigos em qualquer revista de cunho acadêmico e científico, ao contrário do que

previa anteriormente o edital do BC. Pelo edital anterior, a relação de publicações apresentava caráter nitidamente discriminatório.

A justiça encaminhou pedido para alteração do edital à Direção daquela instituição financeira que, no entanto, ainda não procedeu as alterações necessárias, o que pode vir a prejudicar os interessados e candidatos. A questão teve ampla repercussão na imprensa e manifestações de apoio à iniciativa. O Sistema COFECON/CORECONs acredita que desta forma está exercendo o seu papel na defesa da sociedade e, em particular, da categoria.

Enfim, uma revista que enxerga longe!

Rumos é uma revista de economia e negócios diferente. Seu espaço não é o curto prazo. Para ela, o presente é a base na qual se exercita o futuro. Sua preocupação central é o desenvolvimento. Mais do que isso: o desenvolvimento sustentado, aquele que alimenta a si mesmo. **Rumos** acredita nisso; não se trata de diferencial de venda. Até porque é difícil vender aquilo em que não se acredita. O Brasil tem andado excessivamente mergulhado nas agruras do curto prazo. **Rumos** não se fixa nele: parte dele em busca de soluções, de mais espaço, de novos horizontes. E procura fazer isso com clareza e bom gosto, porque quer ser vista, e lida, por todo mundo, não apenas por iniciados. Afinal,

desenvolvimento é direito e dever de todos, Estado e mercado. Venha para o clube dos leitores de **Rumos**: nele sempre tem espaço para quem quer alargar horizontes.

LEIA E ASSINE

Rumos

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO PARA OS NOVOS TEMPOS

Rua São Bento, 9, 13º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-010
Telefone: (021) 263.0817 - Fax: (021) 253.7831
E-mail: abderj@iis.com.br

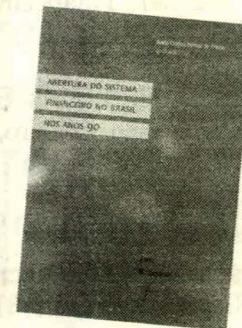
ABRE ASPAS



ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA O BRASIL: UMA ALTERNATIVA AO MODELO NEOLIBERAL, de João Paulo de Almeida Magalhães – Papel Virtual Editora. – O presente

texto propõe às elites brasileiras, e não somente aos economistas, o desafio de discutir uma estratégia de longo prazo para o Brasil. Seu autor pertence à geração de economistas que iniciou sua atividade profissional nos anos 50 e 60. Nessa época, os debates e análises econômicas se colocavam essencialmente da perspectiva de longo prazo. O tema central era o desenvolvimento, discutia-se a possibilidade de eliminar o atraso econômico, a necessidade do planejamento e a relação entre o surto inflacionário e o crescimento. O relativo abandono dos aspectos de curto prazo, talvez explique inflação e desequilíbrio cambial crônicos do período. O PIB crescia, no entanto, à média anual de 7%, o que permite supor que problemas de curto prazo se dissolvem no âmbito de estratégia bem sucedida de desenvolvimento. O presente texto constitui o relatório final de pesquisa realizada pelo autor no âmbito de sua colaboração com o Programa de Mestrado da Universidade Estácio de Sá, no qual é responsável pela disciplina Teoria Econômica, no curso de Direito e no curso de Administração e Desenvolvimento Empresarial. Papel Virtual Editora: E-mail: editor@papelvirtual.com.br.

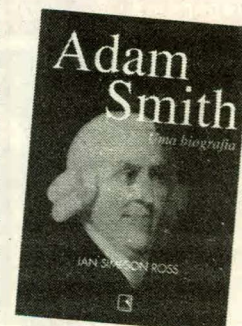
ABERTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL NOS ANOS 90 – Autores: Daniela Magalhães Prates; Marcos Antonio Macedo Cintra e Maria Cristina Penido de Freitas (Organizadora) – Edições FUNDAP (Fundação do Desenvolvimento Administrativo) – 1999. Esta obra originou-se de pesquisa elaborada pela Fundap em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério de Planejamento e Orçamento. O processo de abertura do sistema financeiro brasileiro nos anos 90 é o tema desta coletânea de quatro artigos. No primeiro Daniela Magalhães Prates examina os impactos dos investimentos estrangeiros de portfólio no mercado financeiro brasileiro. No segundo, Daniela e Maria Cristina Penido de Freitas consideram a ampliação da abertura financeira em termos de diversificação das modalidades de captação de recursos externos e seus impactos sobre o mercado de crédito doméstico. No terceiro artigo, Maria Cristina Penido de Freitas, tem como ponto de partida os determinantes externos e internos da presença cada vez maior dos bancos estrangeiros no sistema financeiro nacional – examina os prós e os contras da política de abertura implementada pelas autoridades econômicas. No quarto artigo, Marcos Antonio Macedo Cintra analisa a participação brasileira na liberalização dos serviços financeiros, negociada em diferentes instâncias, multilaterais e regionais – a OMC, o Mercosul e a Alca.



RELATÓRIO ECONÔMICO – BRASIL PARA INVESTIDORES ESTRANGEIROS – Novembro/1999. Andima. O estudo *Brasil para Investidores Estrangeiros* detalha o funcionamento e as características do mercado financeiro brasileiro, com enfoque nas alternativas e condições aplicáveis ao investimento de residentes no exterior. Editado pela primeira vez em 1996, procura atender ao crescente interesse que o assunto vem despertando nos últimos anos em razão do processo de globalização e das profundas transformações experimentadas pelo Sistema Financeiro Nacional na década de 90. Nesta 3ª edição, as informações foram organizadas em três partes que visam facilitar as consultas. De início, são apresentadas a composição atual e as funções das entidades que integram o SFN, bem como referências quanto ao funcionamento dos instrumentos de política econômica e à regulamentação prudencial vigente. No segundo capítulo, são descritas as características dos principais ativos e operações negociados no mercado doméstico, aí incluídas as respectivas condições de emissão, remuneração, registro e tributação aplicáveis. Por fim, o capítulo III detalha as modalidades de investimento existentes para os investidores estrangeiros que aportam recursos no mercado financeiro do País. A publicação também está disponível de forma eletrônica na RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado e, futuramente, poderá ser acessada via Internet.



ADAM SMITH: UMA BIOGRAFIA, de Ian Simpson Ross – Tradução de Helena Londres – Editora Record/1999. Desde a publicação de sua obra-prima de economia política em 1776, Adam Smith é conhecido basicamente como o autor de *A Riqueza das Nações*. Nesta biografia, Ian Simpson Ross apresenta o contexto no qual o livro foi escrito e o processo que levou Smith a escrevê-lo. Ross apresenta Smith como um homem engajado na luta pela igualdade, e mostra que ela não se restringia aos problemas da Economia, disciplina acadêmica que ajudou a estabelecer e definir, tendo também lecionado e escrito sobre astronomia, ética, jurisprudência, filologia e retórica, entre outras áreas. Solteirão convicto, Adam Smith nasceu em Kirkcaldy, Escócia, em 1723. Educado na Universidade de Glasgow e no Balliol College de Oxford, foi convidado, em 1748, para dar cursos de belles lettres e história na universidade de Edimburgo. Três anos depois, assumiu o cargo de professor da Universidade de Glasgow, onde se tornou amigo íntimo do filósofo David Hume, cujas doutrinas empíricas influenciaram seu primeiro livro publicado, *A teoria dos sentimentos morais* (1759). Foi eleito membro da Royal Society em 1760 e pouco depois começou a trabalhar em sua grande obra, *A riqueza das nações*.



LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E
RELATÓRIOS
NA CONVENÇÃO



Discursos e Relatórios na Convenção

204 páginas • Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

História trágico-marítima - 540 p.
Bernardo Gomes de Brito (org.)
Preço com desconto: R\$ 28,00

O manifesto comunista – 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.
Org. Perry Anderson e Patrick Camiller
Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel./Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

CURSOS

Cursos Andima com 10% de desconto para economistas

O CORECON/RJ e a ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - firmaram convênio visando proporcionar um desconto de 10% (dez por cento) para todos os cursos regulares patrocinados por aquela instituição. Se você é economista registrado, com a anuidade em dia, pode solicitar o desconto.

Abaixo relacionamos alguns dos cursos da programação março-abril, do Centro de Treinamento da ANDIMA:

- Matemática Financeira: uma abordagem prática (com utilização da HP-12C);
- Transferências Internacionais em Moeda Nacional;
- Relações com Investidores;
- Private Banking: conceitos, evolução e tendências;
- Administrando Risco de Crédito;
- Mercados Futuros: A BM&F e os produtos derivados no cenário financeiro brasileiro;
- Análise Técnica;
- Matemática Financeira Aplicada ao Mercado Financeiro;
- Risk Management - Básico - Módulo I;
- Risk Management - Avançado - Módulo II;
- Administração de Recursos nos Mercados Financeiros Globais;
- Fundos de Investimentos: aprenda a aplicar o seu dinheiro, maximizando os ganhos com as oportunidades que o mercado oferece;
- Custos como Instrumento de Gestão;
- Análise Econômico-Financeira na Área de Bancos;

Informações sobre datas/horários/taxas de inscrição:

Cláudia/Isabel - Telefones: (21)8143927/814-3929/814-3800

E-mail: ctores@andima.com.br ou imartins@andima.com.br

CD ROM

"ORIENTADOR ADVISER"

O IBBE/IBBA - Índice Brasileiro de Bibliografia, Economia e Administração - 1999

Organizado pelo prof. Dércio Garcia Munhoz, encontra-se à venda na Biblioteca do Corecon/RJ, ao custo de R\$ 59,90. O Índice apresenta referências bibliográficas de artigos de revistas especializadas ou coletâneas, livros, dissertações e teses de mestrado e doutorado. Cita publicações com estatísticas econômicas, legislação de política econômica e dá outras informações, como cursos em várias entidades brasileiras. Maiores informações pelo tel: (21) 232-8178 com Esther - Biblioteca do Corecon/RJ.



PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

ENTREGA DO VII PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

O COFECON promoverá, no próximo dia 07 de abril, solenidade de entrega da premiação do VII Prêmio Brasil de Economia. O evento, que será no auditório do Banco do Brasil na Rua Lúlio Gama, 105 - 21º andar - Centro, contará com a palestra da Profª Maria da Conceição Tavares (Prof. Emérita da UFRJ e ex-Dep. Federal-RJ) e a participação dos premiados em todas as categorias. O prêmio, de caráter anual, tem como objetivo incentivar a investigação econômica em geral e estimular os estudantes de Economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira. São premiados os vencedores em 3 categorias: Livro/Tese de Doutorado, Artigo e Monografias de Estudantes. Os trabalhos premiados versaram sobre Previdência Social, rentabilidade dos bancos, mercado informal, economia internacional, além de outras.

IPEADATA

IpeaData na Internet

IpeaData é a base de dados macroeconômicos do IPEA, com acesso gratuito pela Internet no endereço <http://ipeadata.gov.br>.

São mais de 3000 séries sobre contas nacionais; finanças públicas; moeda e crédito; balanço de pagamentos; população; produção; consumo e vendas; emprego; salário e renda; preços; juros e câmbio. As séries anuais retrocedem, sempre que possível, até 1947 as trimestrais e mensais até os anos setenta.

O acesso é feito por meio de um sistema de recuperação das informações - o *IpeaData online* - que, de forma amigável, permitirá pesquisar e obter séries segundo fonte, tema, ou palavra-chave, construir tabelas e gráficos; bem como realizar transformações matemáticas e estatísticas nas séries.

O usuário poderá consultar dados por temas, fontes, ou palavras-chaves e visualizar em tela ou baixar para a sua máquina (*download*) tabelas e gráficos com uma ou mais séries, bem como obter, em tempo real, taxas de crescimento, média móvel, logarítmico, mudança de base e de periodicidade. Estão também disponíveis: catálogo das séries, cadastro das fontes, glossário das siglas (de fontes e variáveis) e dicionário, com os conceitos econômicos relativos das séries mais usadas, além das explicações dos cálculos matemáticos e estatísticos realizados.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 16.03.2000